



Relatório Anual de Informações **2011**

## Mensagem da Diretoria



O ano de 2011 foi desafiador para a Eletros, assim como para a maioria dos fundos de pensão brasileiros. Os baixos índices da IBOVESPA, aliados aos constantes cortes das taxas de juros provocados pela crise financeira internacional, implicaram em rentabilidades inferiores às esperadas pelas entidades de previdência complementar no período. Nós sentimos os efeitos da instabilidade do mercado e tivemos de enfrentar um pequeno desequilíbrio em um dos planos que administramos: o BD Eletrobrás.

Mas esse panorama serviu de estímulo para o aperfeiçoamento de nossas práticas de governança corporativa na busca pela segurança do seu patrimônio. Implantamos novas Políticas de Investimentos, iniciamos a revisão do nosso Planejamento Estratégico e estabelecemos metas para que em 2012 os obstáculos surgidos em 2011 sejam superados. Prova disso foi o reconhecimento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, em fevereiro deste ano, ao trabalho de educação previdenciária e financeira que desenvolvemos.

O fato implicou na dispensa da Eletros em encaminhar este Relatório Anual de Informações (RAI) aos participantes e assistidos na forma impressa. A veiculação exclusiva deste documento na Internet irá gerar uma redução significativa dos impactos causados com a emissão de gás carbônico para a produção de papel e reduzirá os elevados custos de impressão e postagem – difundindo e estimulando práticas de responsabili-

dade social e com o meio ambiente dentro da nossa Fundação. Comemoramos ainda mais a decisão da PREVIC, principalmente, por ela associar-se à Campanha de Sustentabilidade que estamos implantando.

Mas uma das principais conquistas em 2011 da Eletros foi a adesão de uma nova patrocinadora: a Eletrobras Distribuição Rondônia, antiga Ceron. Criamos o Plano de Contribuição Definida (CD) Ceron, que obteve altos índices de adesão, principalmente devido ao trabalho desenvolvido pelas áreas Atuarial e de Novos Negócios. Foi motivo de orgulho, ainda, a rentabilidade do CD Ceron ter sido positiva já em seu primeiro aniversário.

Outro ponto que celebramos em 2011 foi a conquista do “status Verde”, certificação concedida pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ao Eletros-Saúde. O nivelamento refere-se ao Monitoramento Assistencial das Operadoras, relatório que aponta índices de risco assistencial. Nosso plano de saúde também foi reconhecido no período com o melhor desempenho nos quesitos da ANS quanto ao Índice de Desempenho da Saúde Suplementar de 2010.

Para 2012, a Eletros firma o compromisso de se engajar para proteger o seu patrimônio e garantir a segurança do seu futuro. Esperamos que os dados aqui contidos sanem suas dúvidas e esclareçam os rumos que tomamos no exercício de 2011.

Boa leitura!

Marco Aurélio Orrego da  
Costa e Silva  
**Presidente**

Jack Nottingham Steiner  
**Diretor Financeiro**

Alice Valdez de Andrade Salomão  
**Diretora de Benefícios  
Previdenciários**

## Fatos Relevantes

Apresentamos nesta seção as principais realizações nas áreas de gestão, previdência, investimentos e saúde que refletem a preocupação da Eletros com a satisfação do seu participante, nosso objetivo maior.

### Eletros festeja 40 anos

Em junho de 2011, a Eletros celebrou as quatro décadas de sua criação com uma missa de ação de graças na Igreja da Candelária e um evento realizado no Centro de Convenções RB1, no Rio de Janeiro, que contaram com a presença de participantes e assistidos, além de dirigentes de fundações e suas patrocinadoras.

### Conquista de nova patrocinadora

A Eletrobras Distribuição Rondônia (EDR) tornou-se patrocinadora de um novo plano de benefícios criado e administrado pela Eletros especialmente para os colaboradores da empresa: o Plano CD Ceron. Após um extenso trabalho de diversas áreas e grande colaboração da Comunicação para a difusão das ações, o novo plano foi lançado em agosto de 2011 e ao final do ano já havia conquistado a adesão de mais de 80% dos colaboradores da EDR.

### Eletros-Saúde classificado entre os melhores do país, segundo a ANS

O plano de saúde administrado pela Eletros recebeu da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) o “status Verde”, que significa a apresentação de um baixo índice de risco assistencial. Além disso, em 2011 o Eletros-Saúde também foi classificado pela ANS entre os planos de saúde com melhor desempenho nos

questos relacionados ao Índice de Desempenho da Saúde Suplementar do ano de 2010.

### Pesquisa constata satisfação de participantes e assistidos

Em agosto, a Eletros realizou pesquisa de opinião junto aos seus participantes, assistidos e usuários do Eletros-Saúde. A Fundação e o plano de saúde que administra foram muito bem avaliados, com elevados índices de satisfação (acima de 90%).

### Plano Estratégico revisado, buscando ainda mais eficiência

O Planejamento Estratégico da Eletros para o período 2011 – 2015 foi revisado em 2011, de forma a atualizar os aspectos que norteiam a existência da Fundação (objetivos, visão, missão e valores) e a calibrar suas metas estratégicas. A revisão do plano ratifica a busca contínua por maior eficiência da gestão dos planos de benefícios administrados pela entidade.

### Código de Conduta Ética implantado

Em função das mudanças ocorridas no Plano estratégico, o Código de Conduta Ética da Fundação também foi implantado. Com isto, garante-se um padrão de comportamento transparente e ético a todo o quadro de colaboradores da Eletros.

### Organograma da Eletros ganha novas áreas

Em 2011 foram criados o Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria (CGRA) e o Comitê Executivo para Gerenciamento de Riscos Corporativos (CER). Também foi instituída a função



de Gestor de Riscos Corporativos (CRO), responsável pela gestão de riscos da Eletros em conjunto com os Gestores de Riscos de Área (LROs), que acompanharão de perto o monitoramento dos riscos levantados.

### **Políticas Institucionais**

Com o apoio da consultoria Ernst Young & Terco, as políticas institucionais da Eletros estão sendo formalizadas, de forma que a entidade possa cumprir adequadamente as diretrizes estratégicas da Alta Administração.

### **Eletros passa a contar com novo Sistema de Atendimento**

O novo sistema foi desenvolvido especialmente para as necessidades da Eletros, que tem na sua área de Relacionamento um importante e constante canal de contato com seus participantes e assistidos. Com ele, o atendimento às demandas e consultas encaminhadas à Fundação passou a contar com mais agilidade e eficiência.

### **Renovado o convênio com o Banco Santander**

A partir do resultado positivo da pesquisa de satisfação realizada em 2011, a Eletros optou por renovar o convênio de centralização das folhas de pagamento com o Santander, mantendo o atual critério de distribuição do prêmio mensal pago pelo banco.

### **Novo portal institucional desenvolvido**

O portal da Eletros na internet foi totalmente reformulado, ganhando visual mais moderno e nova organização de seu conteúdo, que buscaram tornar o seu uso mais fácil e intuitivo tanto para participantes quanto para assistidos.

### **Eletros-Saúde ganha portal exclusivo**

Visando aprimorar o processo de comunicação com seu usuário e facilitar a troca de informação com os estabelecimentos e profissionais credenciados, o Eletros-Saúde desenvolveu e lançou um portal

eletrônico voltado exclusivamente para a Saúde. Confira em [www.eletros.com.br/eletrossaude](http://www.eletros.com.br/eletrossaude).

### **Eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal**

Em votação realizada em junho, foram eleitos novos titulares e suplentes para os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Participantes e assistidos puderam votar por correspondência ou pela internet, com total segurança.

### **Iniciativas inovadoras em Educação Financeira e Previdenciária**

As ações da Eletros relacionadas à Educação Financeira e Previdenciária, dentre elas o portal de internet exclusivo com informações e dicas sobre finanças pessoais e previdência complementar, ganharam o reforço de novas iniciativas em 2011. Foram realizados Cursos Online sobre estes temas e um Campeonato de Conhecimento, no estilo "quiz", que contou com participação significativa de participantes e assistidos de todas as patrocinadoras da Fundação.

### **Novos canais de comunicação com participantes e assistidos**

O estabelecimento e a manutenção de canais eficientes de contato com seus participantes e assistidos é um trabalho desenvolvido permanentemente pela Comunicação da Eletros. Em 2011, foram adicionadas aos já tradicionais Eletros em Foco (informativo impresso), Eletros News (boletim eletrônico) e Portal da Eletros (site na internet) novas e modernas ferramentas de comunicação, como peças de e-mail marketing e presença da entidade em redes sociais (Facebook e Twitter).

### **Pró-Equidade de Gênero – Ano 2**

Pelo segundo ano consecutivo, a Eletros participou deste programa do Governo Federal que promove a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações. A entidade criou e implantou ações internas de informação, esclarecimento e conscientização sobre o tema.

## Previdência

**E**m 31.12.2011, o total de participantes da Eletros, considerando todos os planos, é de 5.431. O plano com o maior número de participantes (2.050) continua a ser o BD Eletrobrás, que também possui a maior quantidade de Assistidos (1.661). Já o plano com o maior número de Ativos (1.466) é o CD Eletrobrás, que apresentou 1.644 participantes no total.

O Plano CD ONS vem em seguida, com 901 participantes, sendo 867 Ativos e 34 Assistidos. Por fim, os Planos CD Ceron e CV EPE apresenta 584 e 252 participantes (todos Ativos), respectivamente.

Houve aumento nas adesões de todos os planos, com exceção do BD Eletrobrás, que está fechado para novas inscrições e, por isso, apresentou uma mínima queda de 11 participantes (0,6% do total, se comparado ao exercício de 2010, quando possuía 2.061 participantes).

Sobre esta temática, o principal destaque apresentado em 2011 refere-se ao Plano CD Ceron, que conquistou a adesão de 80% dos colaboradores da Eletrobras Distribuição Rondônia (sua patrocinadora) em apenas 5 meses.

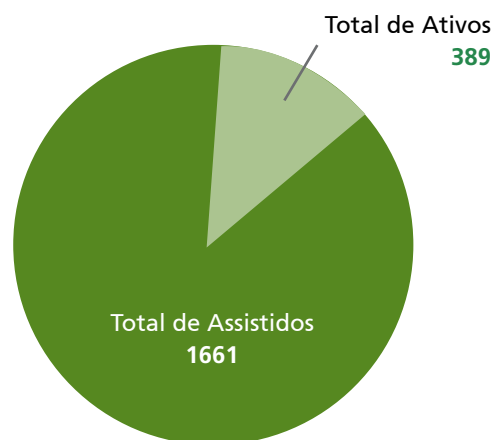
Confira a seguir os gráficos de representação do quantitativo de participantes por Plano de Benefícios:

### Plano BD Eletrobrás

Eletrobras	191
Cepel	166
Eletros	4
BPD	27
Autopatrocinator	1

Assistidos	1304
Pensão por Morte	357

Total de participantes do Plano BD Eletrobras - 2050



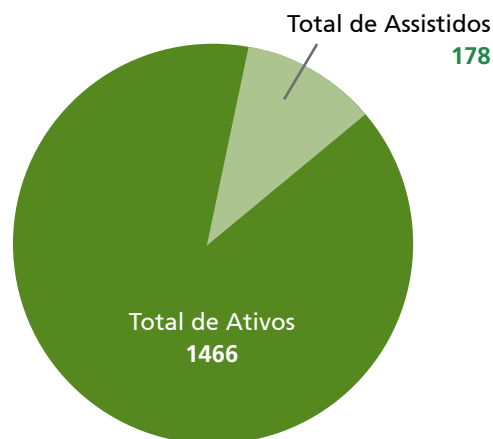
### Beneficiários de Pensão\* 364

(\*) O número de beneficiários de pensão por morte não foi considerado para a totalização porque refere-se aos falecidos (Benefícios bipartidos).

## Plano CD Eletrobrás

Total de participantes do Plano CD Eletrobras - **1644**

Eletrobras	909
Cepel	315
Eletros	117
BPD	68
Autopatrocínador	57
Assistidos	172
Pensão por Morte	6



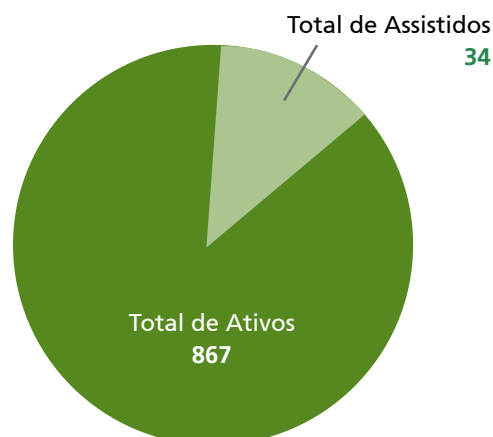
### Beneficiários de Pensão\* 11

(\*) O número de beneficiários de pensão por morte não foi considerado para a totalização porque refere-se aos falecidos (Benefícios bipartidos).

## Plano CD ONS

Total de participantes do Plano CD ONS - **901**

ONS	778
Autopatrocínador	70
BPD	19
Assistidos	27
Pensão por Morte	7



### Beneficiários de Pensão\* 13

(\*) O número de beneficiários de pensão por morte não foi considerado para a totalização porque refere-se aos falecidos (Benefícios bipartidos).

## Plano CV EPE

Total de participantes do  
Plano CV EPE - **252**

EPE	237
Autopatrocinador	15
BPD	-

Assistidos	-
Pensão por Morte	-

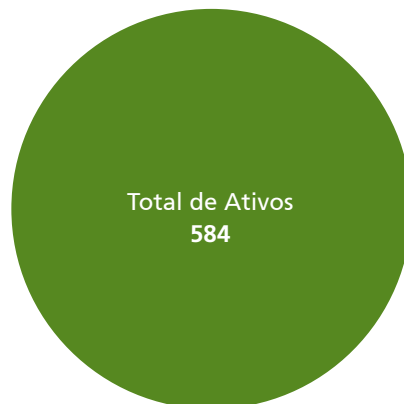


## Plano CD CERON

Total de participantes do  
Plano CD CERON - **584**

CERON	584
Autopatrocinador	-
BPD	-

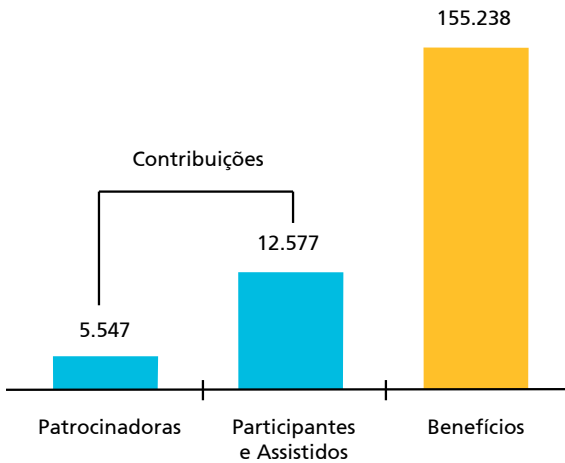
Assistidos	-
Pensão por Morte	-



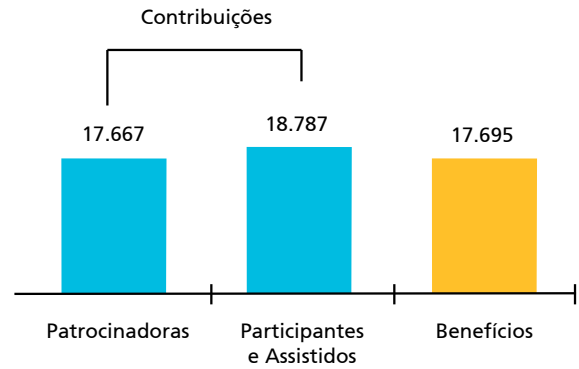
# Contribuições x Benefícios em 2011

em R\$ mil

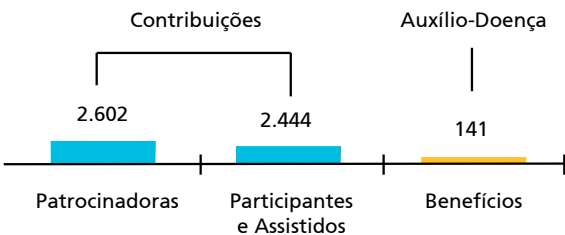
## Plano BD Eletrobrás



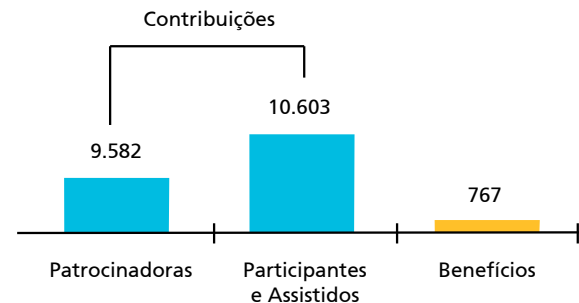
## Plano CD Eletrobrás



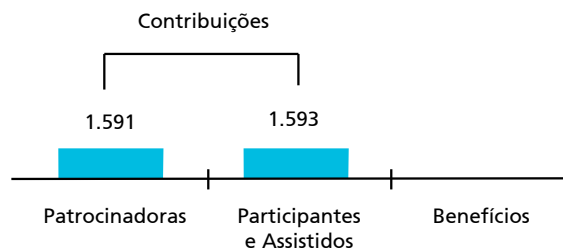
## Plano CV EPE



## Plano CD ONS



## Plano CD CERON





## Investimentos

No decorrer desta seção, os participantes terão acesso às informações sobre os investimentos da Eletros. Será possível consultar as rentabilidades auferidas em cada plano, o patrimônio da Fundação e a composição das carteiras de renda fixa e renda variável.

### CONJUNTURA ECONÔMICA

A crise internacional enfrentada ao longo de 2011 afetou os resultados dos fundos de pensão e influenciou no baixo desempenho dos planos da Eletros. A rentabilidade em todos os planos administrados pela Fundação foi inferior à esperada na Política de Investimentos (PI), executando-se a do Plano CD Ceron – que teve início em agosto.

### PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

A variável-chave do cenário macroeconômico para 2012 será o crescimento do PIB brasileiro, que refletirá a combinação das situações interna (oscilação da inflação) e externa (recuperação das economias europeias e norte-americana).

O segmento de investimentos estruturados não terá influência significativa na rentabilidade dos planos em 2012 devido ao baixo volume previsto de aportes. Já o de imóveis tem surpreendido positivamente em termos de rentabilidade, porém a carteira está ajustada após as reavaliações de 2010 e 2011, não devendo repetir o desempenho desses anos.

### Rentabilidade por período

(R\$ Mil)

Segmentos	31.12.11	%	31.12.10	%	31.12.09	%	31.12.08	%	31.12.07	%	31.12.06	%
Renda Fixa	2.055.319	70	2.086.541	75	1.998.251	84	1.764.867	80	1.616.202	72	1.494.873	76
Renda Variável	479.866	16	358.295	13	199.446	8	246.472	11	471.701	21	294.114	15
Estruturados	45.482	2	40.962	1	-	-	0	0	-	-	-	-
Imóveis	215.893	7	104.572	4	75.693	3	76.154	3	69.030	3	76.111	4
Empréstimos	132.005	5	125.474	4	115.618	5	108.054	5	99.031	4	92.450	5
Consolidado *	2.928.565	100	2.793.015	100	2.389.008	100	2.195.547	100	2.255.964	100	1.957.548	100

\*Em comparação com o Balanço, há no ativo Depósitos Judiciais no valor de R\$ 9.461 com contrapartida nas Provisões Judiciais de mesmo valor no passivo.

(R\$ Mil)		Alocação dos Investimentos						(em 31/12/2011)			
Segmentos	BD Eletrobrás	%	CD Eletrobras	%	CD ONS	%	CD EPE	%	CD CERON	%	
Renda Fixa	1.243.556	70,92%	624.118	67,00%	111.686	67,47%	13.833	89,13%	1.834	100,00%	
Renda Variável	245.416	13,99%	190.617	20,46%	42.373	25,60%	1.460	9,41%	-	0,00%	
Estruturados	26.700	1,52%	16.065	1,72%	2.489	1,50%	227	1,46%	-	0,00%	
Imóveis	156.586	8,93%	59.282	6,36%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	
Empréstimos	81.448	4,64%	41.561	4,46%	8.995	5,43%	-	0,00%	-	0,00%	
Consolidado	1.753.706	100,00%	931.643	100,00%	165.543	100,00%	15.520	100,00%	1.834	100,00%	

Rentabilidade dos Planos de Benefícios											
Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS		CD EPE		CD CERON *		
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	
Renda Fixa	13,31%	6,82%	13,66%	7,14%	13,66%	7,14%	13,66%	7,14%	2,59%	1,27%	
Renda Variável	-15,17%	-20,03%	-15,16%	-20,02%	-15,22%	-20,08%	-11,08%	0,00%	0,00%	0,00%	
Estruturados	11,04%	4,67%	11,04%	4,67%	11,04%	4,67%	11,04%	4,67%	0,00%	0,00%	
Imóveis	149,47%	135,17%	149,47%	135,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Empréstimos	12,56%	6,11%	15,67%	9,04%	13,96%	7,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Consolidado	8,73%	2,50%	10,91%	4,56%	5,83%	-0,24%	11,16%	4,79%	2,59%	1,27%	

\* O Plano CD CERON começou em 18/10/2011. O INPC para o período foi de 1,3092%.

Indicadores de Mercado		
	2011	DEZ-11
INPC	6,08%	0,51%
CDI	11,59%	0,90%

Rentabilidade dos Perfis de Investimento		
Perfis	CD PURO	CD ONS
AGRESSIVO	3,43%	1,03%
MODERADO	8,46%	5,28%
ELETROS	10,06%	6,22%
CONSERVADOR	12,56%	9,43%
SUPER CONSERVADOR	17,41%	13,62%

### Aderência da Alocação dos Investimentos à Política de Investimentos - PI

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS		CD EPE	
	PI	DEZ-11	PI	DEZ-11	PI	DEZ-11	PI	DEZ-11
Renda Fixa	54,00% a 100,00%	70,92%	44,00% a 90,00%	67,00%	47,00% a 90,00%	67,47%	72,00% a 100,00%	89,13%
Renda Variável	0,00% a 25,00%	13,99%	10,00% a 35,00%	20,46%	10,00% a 35,00%	25,60%	0,00% a 20,00%	9,41%
Estruturados	0,00% a 6,00%	1,52%	0,00% a 6,00%	1,72%	0,00% a 6,00%	1,50%	0,00% a 6,00%	1,46%
Investimentos no Exterior	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%	0,00% a 2,00%	0,00%
Imóveis	0,00% a 3,00%	8,93%	0,00% a 3,00%	6,36%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	0,00% a 10,00%	4,64%	0,00% a 10,00%	4,46%	0,00% a 10,00%	5,43%	0,00%	0,00%

### Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada

Pefis	Prevista	Realizada
BD Eletrobrás	16,90%	8,73%
CD Eletrobrás Puro	16,80%	10,02%
CD Eletrobrás Saldado	14,80%	13,35%
CD ONS	17,00%	5,83%
CV EPE	14,40%	11,16%

## Investimentos por Modalidades de Aplicação

Planos	BD Eletrobrás		CD ONS		CD Eletrobrás		CD EPE		CD CERON	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Investimentos em Renda Fixa	1.243.556	70,92%	111.686	67,47%	624.118	67,00%	13.833	89,13%	1.834	100,00%
Notas Tesouro Nacional	712.045	-	5.397	-	30.160	-	668	-	89	-
Poupança	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Hipotecárias	153.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	39.024	-	21.541	-	120.372	-	2.668	-	354	-
Fundos de Renda Fixa	318.344	-	84.748	-	473.586	-	10.497	-	1.391	-
Debêntures Não Conversíveis	20.590	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	245.416	13,99%	42.373	25,60%	190.617	20,46%	1.460	9,41%	0	0,00%
Mercado a Vista	186.639	-	32.186	-	144.964	-	1.108	-	-	-
Bonus de Subscrição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	58.777	-	10.187	-	45.653	-	352	-	-	-
Investimentos Estruturados	26.700	1,52%	2.489	1,50%	16.065	1,72%	227	1,46%	0	0,00%
Fundos Multimercado	26.700	-	2.489	-	16.065	-	227	-	-	-
Investimentos em Imóveis	156.586	8,93%	0	0,00%	59.282	6,36%	0	0,00%	0	0,00%
Imóveis para Aluguel e Renda	149.180	-	-	-	56.473	-	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	5.935	-	-	-	2.246	-	-	-	-	-
Outros valores	1.471	-	-	-	563	-	-	-	-	-
Empréstimos	81.448	4,64%	8.995	5,43%	41.561	4,46%	0	0,00%	0	0,00%
Emergência	214	-	-	-	63	-	-	-	-	-
Financeiro	73.698	-	9.025	-	41.820	-	-	-	-	-
Vesting	7.932	-	-	-	1	-	-	-	-	-
FABES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão P/ Devedores Duvidosos	(396)	-	(30)	-	(323)	-	-	-	-	-
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.753.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>165.543</b>	<b>100,00%</b>	<b>931.643</b>	<b>100,00%</b>	<b>15.520</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.834</b>	<b>100,00%</b>

## Carteiras de Investimentos (Renda Fixa e Investimentos Estruturados) (em 31/12/2011)

Ativo (R\$ Mil)	Eletros	Estratégica	Índices	Votorantim	Bradesco	Alfa	Itaú	Total	%
CDB-PÓS	-	-	-	57.665	39.968	57.037	-	154.670	7,36%
DEBÊNTURES	20.590	-	-	106.963	78.189	151.017	-	356.759	16,98%
Fundo FIDC	15.014	-	-	-	15.014	17.905	-	47.933	2,28%
Fundos Multimercado	-	-	-	-	-	-	43.146	43.146	2,05%
Fundos Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	2.336	2.336	0,11%
LETRAS FINANCEIRAS	-	-	183.959	53.427	65.954	-	-	303.340	14,44%
LETRAS HIPOTECÁRIAS	153.535	-	-	-	-	-	-	153.535	7,31%
NTN-B	349.663	36.315	-	-	-	-	-	385.978	18,37%
NTN-C	362.382	-	-	-	-	-	-	362.382	17,25%
OVER	-	-	-	41.216	23.128	226.360	-	290.704	13,84%
POUPANÇA	18	-	-	-	-	-	-	18	0,00%
<b>Total</b>	<b>901.202</b>	<b>36.315</b>	<b>183.959</b>	<b>259.271</b>	<b>222.253</b>	<b>452.319</b>	<b>45.482</b>	<b>2.100.801</b>	<b>100,00%</b>
<b>%</b>	<b>42,90%</b>	<b>1,73%</b>	<b>8,76%</b>	<b>12,34%</b>	<b>10,58%</b>	<b>21,53%</b>	<b>2,16%</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.834</b>

## Renda Variável

(em 31/12/2011)

## Carteira Própria

Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ Mil)	Mercado (%)	R\$ Mil
AES TIETE ON	187.600	23,64	4.435	1,23%	Elétrico
AMBEV PN	283.003	67,30	19.046	5,27%	Alimentos, Bebidas & Fumo
AMIL ON	392.800	16,43	6.454	1,79%	Seguro
BR MALLS PAR ON	261.400	18,12	4.737	1,31%	Varejo & Serviços
BRADESCO PN	986.587	30,75	30.338	8,40%	Bancos
BRADSPAR PN	837.800	31,69	26.550	7,35%	Mineração
BRF FOODS ON	206.084	36,42	7.506	2,08%	Alimentos, Bebidas & Fumo
CCR RODOVIAS ON	535.200	12,22	6.540	1,81%	Rodovias
CEMIG PN	133.369	33,27	4.437	1,23%	Elétrico
CIELO ON	176.800	48,20	8.522	2,36%	Varejo & Serviços
COPEL PNB	220.400	38,90	8.574	2,37%	Elétrico
GERDAU PN	227.100	14,50	3.293	0,91%	Siderurgia
ITAU UNIBANCO PN	327.800	33,99	11.142	3,08%	Bancos
ITAUSA PN	4.760.735	11,28	53.701	14,86%	Bancos
LOJAS AMERIC PN	217.700	14,30	3.113	0,86%	Varejo & Serviços
LOJAS MARISA ON	175.900	17,10	3.008	0,83%	Varejo & Serviços
LOJAS RENNER ON	57.000	48,41	2.759	0,76%	Varejo & Serviços
ODONTOPREV ON	182.300	26,60	4.849	1,34%	Seguro
OGX PETROLEO ON	561.400	13,62	7.646	2,12%	Petróleo & Gás
P.ACUCAR-CBD PN	214.600	67,00	14.378	3,98%	Varejo & Serviços
PDG REALT ON	1.054.526	5,90	6.222	1,72%	Construção
PETROBRAS ON	1.511.700	23,00	34.769	9,62%	Petróleo & Gás
PETROBRAS PN	1.209.276	21,49	25.987	7,19%	Petróleo & Gás
REDECARD ON	169.500	29,19	4.948	1,37%	Varejo & Serviços
SID NACIONAL ON	207.300	14,98	3.105	0,86%	Siderurgia
TELEMAR PN	428.800	17,56	7.530	2,08%	Telecom & Tecnologia
TIM PART SA ON	978.700	9,24	9.043	2,50%	Telecom & Tecnologia
TRACTEBEL ON	397.200	29,96	11.900	3,29%	Elétrico
VALE R DOCE ON	505.208	39,45	19.930	5,52%	Mineração
VALE R DOCE PNA	181.700	37,82	6.872	1,90%	Mineração
<b>Total de Mercado</b>	-	-	<b>361.333</b>	<b>100,00%</b>	

## Renda Variável (continuação)

(em 31/12/2011)

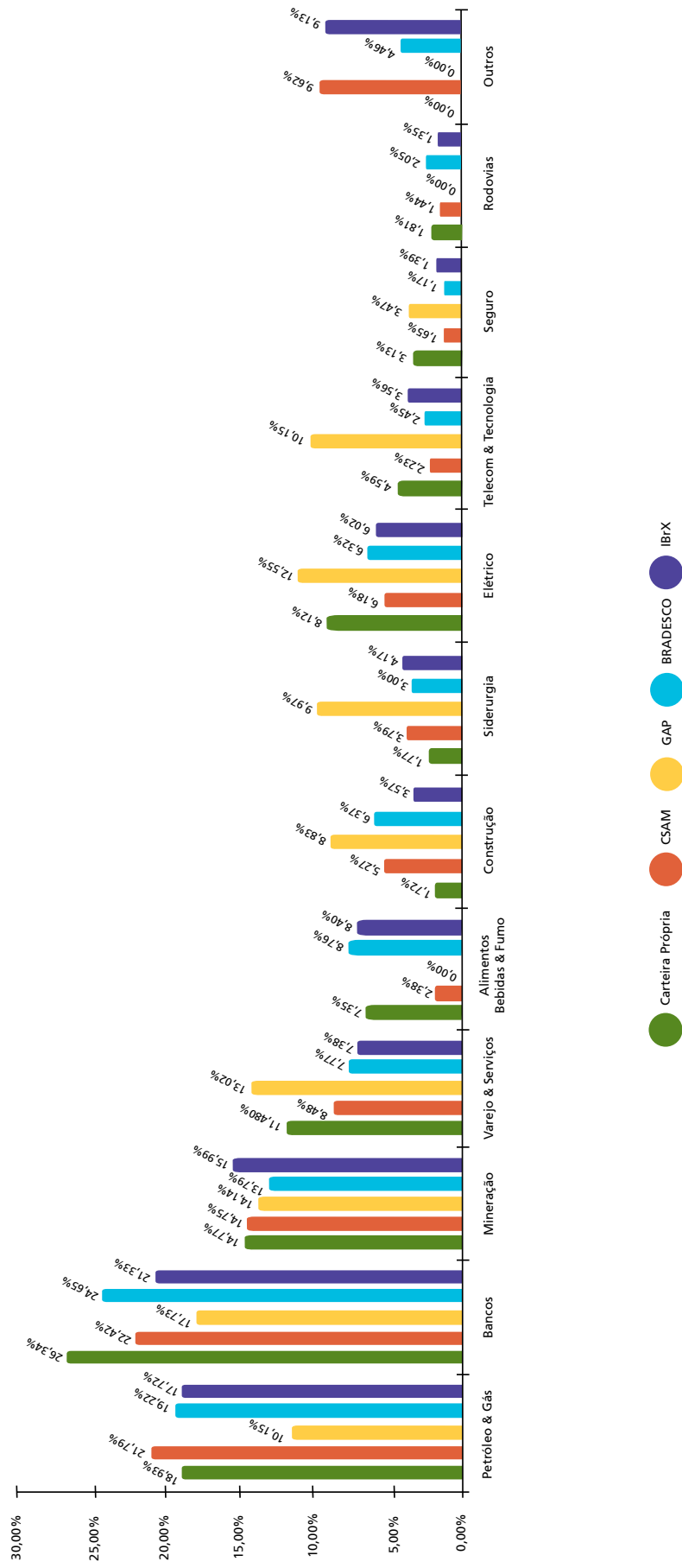
### Terceirizados

Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ Mil)	Mercado (%)
Credit Suisse	2.156.269	11,69	25.203	21,92%
Bradesco Leblon	449.377	99,50	44.713	38,89%
Gap Arpoador	450.465	100,01	45.050	39,19%
<b>Total de Mercado</b>	-	-	<b>114.967</b>	<b>100,00%</b>

### Outros

Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ Mil)	Mercado (%)
GTD ON	7.722.466	0,11	869	24,38%
GTD PN	6.932.466	0,11	775	21,76%
OUTROS VALORES	1.919.236	1,00	1.919	53,86%
<b>Total de Mercado</b>	-	-	<b>479.864</b>	-

## Composição da carteira de renda variável por setores (em 31/12/2011)





## Enquadramento

Descrição	Limite	BD Eletrobrás	CD ONS	CD Eletrobrás	CD EPE	CD CERON
	3792	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Investimentos (R\$ Mil)	-	1.753.706	165.543	931.643	15.520	1.834
% do total de investimentos	-	59,88%	31,81%	5,65%	0,53%	0,06%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	-	1.243.556	111.686	624.118	13.833	1.834
% Renda Fixa Total	100%	70,92%	67,47%	67,00%	89,13%	100,00%
% Títulos Públicos Federais	100%	45,35%	19,19%	19,05%	25,35%	28,50%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	25,57%	48,28%	47,95%	63,78%	71,50%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	-	245.416	42.373	190.617	1.460	0
% Renda Variável Total	70%	13,99%	25,60%	20,46%	9,41%	0,00%
% Novo Mercado	70%	3,46%	6,34%	5,06%	2,33%	0,00%
% Nível 2	60%	0,04%	0,08%	0,07%	0,03%	0,00%
% Nível 1	50%	6,59%	12,06%	9,63%	4,43%	0,00%
% Outras ações	35%	3,65%	6,66%	5,33%	2,45%	0,00%
% Valores a receber/ a pagar	-	0,25%	0,46%	0,37%	0,17%	0,00%
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	26.700	2.489	16.065	227	0
% Investimentos Estruturados Total	20%	1,52%	1,50%	1,72%	1,46%	0,00%
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)	-	0	0	0	0	0
% Investimentos no Exterior Total	10%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	156.586	0	59.282	0	0
% Imóveis Total	8%	8,93%	0,00%	6,36%	0,00%	0,00%
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	-	81.448	8.995	41.561	0	0
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	4,64%	5,43%	4,46%	0,00%	0,00%

(R\$)

**Custos associados à gestão dos Investimentos**

(em 31/12/2011)

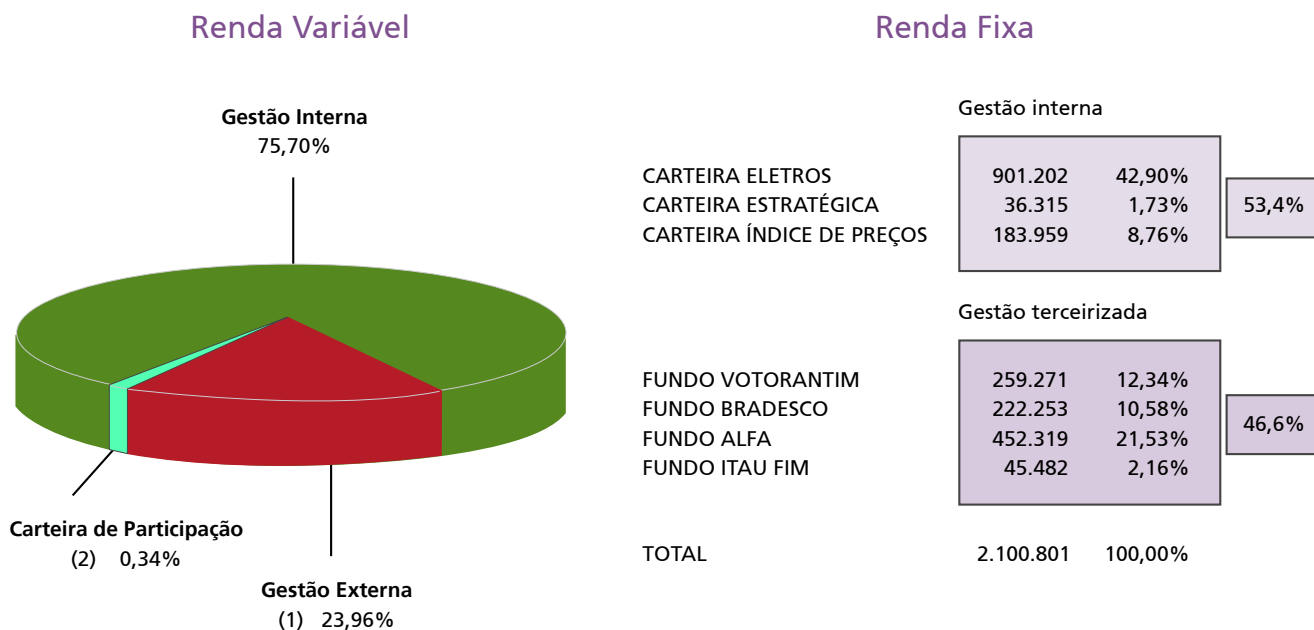
<b>DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>FIF's</b>	<b>FIA's</b>	<b>CP</b>	<b>MULT</b>
Custódia	(253.048)	(94.939)	(5.589)	(148.248)	(4.272)
Controladoria	(63.277)	(23.750)	(1.397)	(37.062)	(1.068)
Gestão	(520.820)	(153.117)	(223.540)	-	(144.164)
CETIP	(121.251)	(49.694)	(9.615)	(50.590)	(11.352)
SELIC	(34.932)	(9.802)	(1.374)	(23.756)	-
ANBIMA	(13.182)	(11.262)	(1.920)	-	-
Taxa de Bolsa	(1.881.610)	(10.138)	(295.022)	(1.576.450)	-
Taxa CVM	(126.720)	(103.680)	(15.360)	-	(7.680)
Cartório	(582)	(582)	-	-	-
Taxa CBLC	(13.788)	-	(2.266)	(11.522)	-
Auditoria	(16.198)	(10.135)	(6.063)	-	-
Tx de Permanência	(223)	(146)	(77)	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(3.045.631)</b>	<b>(467.245)</b>	<b>(562.222)</b>	<b>(1.847.629)</b>	<b>(168.536)</b>

(R\$ Mil)

**Custos associados à gestão dos Investimentos (continuação)**

<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>TOTAL</b>
Pessoal e encargos	(7.780)
Treinamentos/congressos e seminários	(92)
Viagens e estadias	(56)
Serviços de terceiros	(1.873)
Despesas gerais	(808)
Depreciações e amortizações	(408)
<b>TOTAL</b>	<b>(11.017)</b>

## Distribuição dos Recursos entre Gestão interna e terceirizada



(1) Fundos: Credit Suisse IBX-e, Gap Arpoador e Bradesco Leblon.

(2) GTD ON, GTD PN e Dividendos

Do total das aplicações em Renda Variável (R\$ 479.864 mil), cerca de 23,9% (R\$ 114.967) é administrado pelos gestores externos Credit Suisse, Gap Asset e Bradesco Asset. A maior parte 75,7% é administrada internamente.

Na renda fixa, 1.121.476 mil (53,4%) compõem a carteira própria ou interna. Os demais recursos (R\$ 979.325 mil ou 46,6%) estão alocados em 4 (quatro) fundos de investimentos externos. A Eletros participa no comitê de investimentos de todos os fundos e 1 (hum), Búzios Multimercado FIC FI, é enquadrado no Segmento de Investimentos Estruturados.

# Política de Investimento de 2012

A Eletros é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, cujo negócio é administrar planos fechados de benefícios previdenciários, estando sob sua responsabilidade os planos BD Eletrobrás, CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE e CD Ceron, para os quais esta Política de Investimento deverá ser aplicada no exercício de 2012 (“PI 2012”).

Atendendo à legislação em vigor, a PI 2012 foi elaborada pela Diretoria Executiva e submetida à aprovação do Conselho Deliberativo, e para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) está designado o Diretor Financeiro, que por esta razão, é o responsável pelos investimentos junto ao órgão supervisor.

O dever fiduciário que orienta a implementação da PI 2012 requer conformidade com as condições estabe-

lecidas para cada plano, sejam regulamentos, políticas ou outras, além de comportamento prudente, ético e zeloso dos gestores.

Sob a ótica das melhores práticas de gestão em fundos de pensão, a política de investimento é uma importante ferramenta de planejamento e deve ser orientada pelo passivo atuarial.

A PI 2012 apresenta e define diretrizes, objetivos, alocação e seleção de ativos, administração de riscos, responsabilidade e dá outras orientações. Destina-se aos participantes, em especial, mas também aos colaboradores e público em geral que precisem entender e se integrar aos seus objetivos, facilitando a comunicação, a transparência, o acompanhamento da gestão e do desempenho dos planos.

## 1 - Diretrizes de Investimentos

A PI 2012 busca a integração da gestão dos investimentos às obrigações associadas aos planos, baseando-se nas seguintes diretrizes:

- Na aplicação por plano, a saber:
  - Plano BD Eletrobrás
  - Plano CD Eletrobrás, composto por:
    - Plano CD Saldado (BPDS)
    - Plano CD Eletrobrás Puro
  - Plano CD ONS
  - Plano CV EPE
  - Plano CD Ceron
  - Plano de Gestão Administrativa (PGA)

- Na premissa de que os ativos que compõem os recursos garantidores (“patrimônio”) são investidos com uma visão de longo prazo a fim de atingir as obrigações com consistência.

- Na alocação de ativos como fator determinante da rentabilidade, razão pela qual as decisões a ela relacionadas são as mais importantes a serem tomadas ao longo do exercício.

- Na diversificação entre os segmentos e entre os ativos que os compõem como elemento primário de redução de risco dos investimentos. Os elementos secundários estão relacionados às atividades específicas de administração de riscos dos investimentos da entidade.

- Na integração com o cenário macroeconômico e dos investimentos apresentados no anexo I, os quais, pela sua

dinâmica, estão sujeitos a revisões ao longo do ano.

## 2 - Objetivos para 2012

A preservação do valor econômico-financeiro do patrimônio é um objetivo permanente da ELETROS. Adicionam-se os seguintes objetivos para 2012, por ordem de prioridade:

Superar os índices de referência de cada plano, assim estabelecidos:

- Variação do INPC acrescida de 5,5% ao ano para os planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado (BPDS).
- Variação do INPC acrescida de 6,0% ao ano para os planos CD Eletrobrás Puro, CD ONS, CV EPE, CD Ceron e PGA.

Superar as metas de rentabilidade, na forma trienal apresentada no anexo II, estabelecidas no planejamento estratégico para cada plano:

- Variação do INPC acrescida de 6,05% ao ano para os planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás Saldado (BPDS).
- Variação do INPC acrescida de 6,60% ao ano para os planos CD Eletrobrás Puro, CD ONS, CV EPE e CD Ceron.

Obter rentabilidade adicional a fim de contribuir para o equilíbrio econômico-financeiro do plano BD Eletrobrás e para o aumento do valor do patrimônio dos demais planos.

Superar a média das rentabilidades do segmento de renda fixa, de renda variável e do patrimônio de planos do país com perfil comparável.

Para o alcance dos objetivos, a ELETROS buscará implementar as propostas de alocação e seleção de ativos, sujeitas aos limites e parâmetros definidos nesta política.

## 3 - Alocação e seleção de ativos por Plano

A gestão de investimentos da ELETROS se baseia na segregação entre alocação e seleção de ativos.

A tomada de decisão cabe à Diretoria Executiva com base em recomendações formais da equipe interna – exceto nos fundos de investimento por terem autonomia de gestão.

A equipe interna é composta por comitês e por áreas técnicas que lhes dão suporte, com a atribuição de analisar, elaborar e executar as operações, além de propor critérios para os investimentos.

A alocação de ativos é definida como a atividade relacionada à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimos, investimentos estruturados e no exterior – os permitidos pela Resolução 3.792 que dispõe sobre as diretrizes para as entidades fechadas de previdência complementar.

A alocação de ativos é de responsabilidade da equipe interna, exceto na alocação em renda variável dos perfis de investimento que pode ser feita pelo participante.

Para o alcance dos objetivos de rentabilidade da PI 2012, as estratégias de alocação de ativos poderão ser dinâmicas, otimizando a relação entre risco e retorno, e obedecendo aos limites de alocação aqui definidos para cada segmento.

A seleção de ativos é definida como a atividade relacionada à distribuição de cada segmento do plano entre as modalidades (incluindo títulos e fundos de investimento) permitidas pela legislação, compreendendo a análise e a execução de operações.

A seleção de ativos é de responsabilidade da equipe interna e dos gestores.

Para o alcance dos objetivos de rentabilidade da PI 2012, as estratégias de seleção de ativos deverão, no mínimo, superar as metas definidas para cada segmento, obedecendo aos respectivos limites, requisitos e condições.

## A. RENDA FIXA

Mesmo com a perspectiva de rentabilidade média abaixo dos índices de referência, a renda fixa, por ter o menor risco de mercado, permanecerá como o segmento com maior alocação dos planos em 2012, possuindo os seguintes objetivos:

- > Estar vinculada aos desembolsos financeiros do passivo.
- > Proporcionar proteção contra a aceleração inflacionária.
- > Obter ganhos em relação aos rendimentos do índice de mercado CDI.
- > Superar a média das rentabilidades do segmento de planos do país com perfil comparável.
- > A meta de rentabilidade do segmento de renda fixa em 2012 será equivalente à variação de 103% do CDI acumulada no ano.
- > Os recursos do plano PGA serão integralmente investidos no segmento de renda fixa.

### A.1. ALOCAÇÃO EM RENDA FIXA POR PLANO

A alocação em renda fixa em 2012 terá por objetivo

estratégico reduzir o risco de mercado do patrimônio dos planos.

### Limites de alocação em renda fixa em relação ao patrimônio do plano

Plano	Estimada dez/2011	Proposta para 2012		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	74%	56%	72%	90%
Plano CD Eletrobrás Total	70%	51%	69%	87%
Plano CD Eletrobrás Puro*	68%	47%	66%	86%
Plano CD Saldado (BPDS)	74%	55%	72%	89%
Plano CD ONS*	70%	51%	67%	86%
Plano CV EPE	90%	69%	83%	95%
Plano CD Ceron	100%	80%	90%	100%
PGA	100%	100%	100%	100%

### A.2. SELEÇÃO DE ATIVOS NA RENDA FIXA

São elegíveis para compor o segmento de renda fixa de cada plano as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições e requisitos da legislação, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e com o regulamento dos fundos de investimento, no caso da gestão externa, considerando-se que:

- Os limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor se aplicam em cada plano, adicionando-se:
- Na aquisição para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos, o limite de um emissor privado, incluindo aplicações já existentes, não poderá ultrapassar 10% do total da renda fixa da ELETROS.
- A classificação de risco ("rating") mínima aplicável à aquisição de ativos de emissor não financeiro para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos de renda fixa será, no mínimo, de:

- "AA" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, no caso de ativos com prazo médio acima de 5 (cinco) anos.

- "A" da agência Fitch Rating Brasil, ou o seu equivalente, nos demais casos.

A seleção de ativos de renda fixa do plano BD Eletrobrás permanecerá orientada primariamente pelo fluxo de longo prazo dos desembolsos financeiros das reservas de benefícios concedidos, compondo a carteira ALM (exclusiva do plano) gerida internamente. Complementarão o segmento do BD Eletrobrás (i) outros títulos indexados à inflação e (ii) modalidades com objetivo de superar o CDI, ambos divididos entre gestão interna e externa.

Como regra geral, a seleção de ativos de renda fixa dos planos CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE e CD Ceron seguirá as mesmas estratégias em 2012, orientando-se primariamente para a proteção contra a aceleração inflacionária e para os ganhos frente ao CDI, seja na gestão interna ou externa.

A seleção de ativos de renda fixa do plano PGA seguirá a dos planos CD e CV acima mencionados.

Para se vincular ao fluxo de desembolsos das reservas de benefícios concedidos, o prazo médio dos títulos de renda fixa do BD Eletrobrás tenderá a ser mais elevado, o que faz com que o segmento seja mais sensível às oscilações das taxas de juros de mercado do que os demais planos.

A liquidez do segmento de renda fixa é provedora de primeira ordem dos planos frente às respectivas obrigações previdenciárias. Deverá ser mais elevada no BD Eletrobrás em razão do seu fluxo de caixa previdenciário negativo, situação que ocorre em menor escala no CD Eletrobrás Saldado (BPDS).

## B. RENDA VARIÁVEL

A perspectiva de rentabilidade da renda fixa abaixo dos índices de referência faz com que a diversificação de investimentos seja cada vez mais necessária.

A renda variável – ações e fundos de investimentos em ações – surge como principal alternativa em razão do seu porte, organização de mercado, transparência, potencial de valorização e por possuir critérios já consolidados pela equipe interna quanto à avaliação entre retorno e risco.

Os objetivos do segmento para 2012 são:

- Proporcionar rentabilidade superior à renda fixa.
- Ser a principal fonte de rentabilidade para o alcance das metas de 2012.
- Obter ganhos em relação ao índice de mercado IBrX.
- Superar a média das rentabilidades do segmento de planos do país com perfil comparável.
- A meta de rentabilidade do segmento de renda variável em 2012 será equivalente à variação do IBrX acrescida de 2% acumulada no ano.

### B.1. ALOCAÇÃO EM RENDA VARIÁVEL POR PLANO

A alocação em renda variável tem por objetivo estratégico servir de alternativa mais importante de diversificação eficiente no cenário de juros reais mais baixos.

A sensibilidade da renda variável à evolução do cenário macroeconômico agrega mais risco de mercado ao patrimônio dos planos, o qual deverá ser adequadamente compensado pela rentabilidade – no mesmo exercício ou nos seguintes.

### Limites de alocação em renda variável em relação ao patrimônio do plano

Plano	Estimada dez/2011	Proposta para 2012		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	14%	5%	15%	25%
Plano CD Eletrobrás Total	20%	9%	22%	32%
Plano CD Eletrobrás Puro*	22%	10%	25%	35%
Plano CD Eletrobrás Puro**	22%	10%	25%	35%
Plano CD Saldado (BPDS)	14%	5%	15%	25%
Plano CD ONS*	22%	10%	25%	35%
Perfil ELETROS do CD ONS**	22%	10%	25%	35%
Plano CV EPE	8%	5%	15%	25%
Plano CD Ceron	0%	0%	10%	20%

\* Somando todos os perfis de investimento.

\*\* Alocação em relação ao total do perfil ELETROS.

### PERFIS DE INVESTIMENTO

A alocação em renda variável permanecerá como opção do participante nos planos que possuam perfis de investimento, que poderá escolher por:

Perfil	Alocação em renda variável
Super Conservador	0%
Conservador	15%
Moderado	30%
Agressivo	45%
ELETROS	De acordo com a PI 2012

De acordo com as condições estabelecidas pela ELETROS, os valores de alocação em renda variável da tabela poderão variar em até 5 pontos percentuais para cima ou para baixo, exceto no perfil Super Conservador.

O participante deverá observar estas e outras condições, que estarão disponíveis para o seu conhecimento, e poderá contar com o atendimento da ELETROS para esclarecer quaisquer dúvidas.

### B.2 SELEÇÃO DE ATIVOS NA RENDA VARIÁVEL

São elegíveis para compor o segmento de renda variável de cada plano as ações de emissão de companhias abertas e os correspondentes bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de depósitos, e as cotas de fundos de índice referenciados em cesta de ações de companhias abertas, admitidas à negociação em bolsa de valores.

Até que possuam critérios internos consolidados de mensuração prévia de retorno e risco, os investimentos nas demais modalidades de renda variável permitidas pela legislação deverão ser aprovados caso a caso pelo Conselho Deliberativo.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições, requisitos, limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e regulamentos dos fundos de investimento, no caso da gestão externa.

O mandato aplicado à gestão da renda variável não fará distinção entre planos e estará voltada para o objetivo de superar o IBrX em 2% no ano. No caso da gestão externa, permanecerá aplicável a restrição quanto ao desvio-padrão máximo da respectiva carteira em relação ao IBrX com o objetivo de reduzir riscos.

Poderão ocorrer outros tipos de mandato para a renda variável utilizando os ativos elegíveis acima definidos, os quais terão metas, prazos e índices de referência específicos, e ainda não disponíveis.



### C. IMÓVEIS

Os planos CD ONS, CV EPE, CD Ceron e PGA permanecerão sem investimentos em imóveis. Para os planos BD e CD Eletrobrás, os objetivos do segmento para 2012 são:

- Proporcionar rentabilidade superior à renda fixa.
- Aprofundar os estudos para a alienação de parte da carteira atual.

A meta de rentabilidade do segmento de imóveis em 2012 será equivalente à variação do INPC acrescida de 5,5% acumulada no ano.

O objetivo de alienar parte da carteira atual de imóveis fará com que a alocação no segmento tenda a se reduzir.

#### Limites de alocação em imóveis em relação ao patrimônio do plano

Plano	Estimada dez/2011	Proposta para 2012		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	5%	2%	4%	6%
Plano CD Eletrobrás Total	3%	1%	2%	4%
Plano CD Eletrobrás Puro**	4%	2%	3%	6%
Plano CD Saldado (BPDS)	4%	2%	3%	6%

\* Não inclui a reavaliação de imóveis em curso no momento da elaboração desta PI 2012.

\*\* Somando todos os perfis de investimento.

São elegíveis para compor o segmento de imóveis da ELETROS as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor, nos limites de enquadramento ali dispostos.

As operações com imóveis deverão obedecer ao processo decisório interno. A aquisição e a alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre os mesmos compete ao Conselho Deliberativo.

A participação em ganhos vinculados ao setor imobiliário poderá ser feita por meio de outros tipos de veículo, tais como certificados de recebíveis e fundos imobiliários, classificados em outros segmentos.

### D. OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

Os planos CV EPE, CD Ceron e PGA não terão operações de empréstimos.

Para os planos BD, CD Eletrobrás e CD ONS, o objetivo do segmento para 2012 é de proporcionar rentabilidade superior à renda fixa.

Apurada em base mensal, segundo critérios internos, a meta de rentabilidade do segmento de operações com participantes em 2012 será equivalente à variação do INPC acrescida de 6,05% acumulada no ano, para os planos BD e CD Eletrobrás Saldado (BPDS), e à variação de 103,8% e de 104,9% do CDI ou à variação do INPC acrescida de 6,60% acumulada no ano, o que for maior, respectivamente, para os planos CD ONS e CD Eletrobrás Puro.

Os empréstimos obedecerão aos requisitos da legislação e às normas internas. Os encargos financeiros das operações deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo.

Plano	Estimada dez/2011	Proposta para 2012		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	5%	3%	5%	7%
Plano CD Eletrobrás Total	5%	3%	5%	7%
Plano CD Eletrobrás Puro**	6%	4%	6%	8%
Plano CD Saldado (BPDS)	6%	4%	5%	8%
Plano CD ONS				

\* Somando todos os perfis de investimento.

## E. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Considerando a (i) perspectiva de rentabilidade da renda fixa abaixo dos índices de referência e a (ii) diversificação cada vez mais necessária, os investimentos estruturados são a alternativa estratégica que se apresenta em seguida à renda variável.

O objetivo do segmento para 2012 é avaliar os investimentos em:

- Fundos de investimento em participações (FIP).
- Fundos multimercado.
- Fundos imobiliários.

A meta de rentabilidade do segmento de investimentos estruturados em 2012 nos fundos multimercado será equivalente à variação de 110% do CDI acumulada no ano.

A meta de rentabilidade das demais modalidades classificadas no segmento será definida nos estudos que fundamentarão as decisões de investir.

Os fundos de investimento em participações e certos tipos de fundos imobiliários demandam, em média, prazo superior a cinco anos para produzirem valorização positiva nas cotas, o que significa que, durante esse período, a rentabilidade do patrimônio dos planos será proveniente de outros investimentos.

Adicionalmente, nota-se que o mercado de tais investimentos ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento no Brasil e, por essa razão, até que apresente requisitos de organização, transparência e potencial de valorização, é recomendável que a alocação seja inferior aos limites permitidos pela legislação. No caso dos fundos imobiliários se inclui, ainda, a necessidade de consolidação dos critérios de mensuração prévia de retorno e risco pela equipe interna.

Plano	Estimada dez/2011	Proposta para 2012		
		Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	2%	0%	4%	6%
Plano CD Eletrobrás Total	2%	0%	2%	6%
Plano CD Eletrobrás Puro**	2%	0%	2%	6%
Plano CD Saldado (BPDS)	2%	0%	4%	6%
Plano CD ONS	2%	0%	2%	6%
Plano CV EPE	2%	0%	2%	6%

\* Somando todos os perfis de investimento.

São elegíveis para compor o segmento de investimentos estruturados as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor.

As propostas referentes ao segmento deverão obedecer ao processo decisório interno e deverão ser aprovadas caso a caso pelo Conselho Deliberativo.

## F. PARÂMETROS DE RISCO

No alcance dos objetivos para 2012, as decisões de alocação e de seleção de ativos dos planos devem considerar que:

- A probabilidade de atingimento de metas de rentabilidade do patrimônio do plano seja, no mínimo, de 50%.
- A relação entre o risco total (desvio-padrão) do patrimônio do plano seja, no máximo, de:
  - 33% do retorno esperado do respectivo patrimônio.
  - 40% da meta de rentabilidade do respectivo patrimônio.

Considerando a dinâmica do cenário macroeconômico e

do mercado financeiro, especialmente nesses períodos de rápidas transformações, propõe-se que nos casos em que os parâmetros de risco não puderem ser observados, em seu conjunto ou individualmente, as decisões possam ser tomadas pela Diretoria Executiva, desde que devidamente justificadas e obedecidos todos os demais requisitos internos.

## 4 - Administração de Riscos dos Investimentos

A administração de riscos dos investimentos é composta por gestão e monitoramento, com atribuições exercidas por áreas diferentes.

O monitoramento não busca a eliminação dos riscos, mas o equilíbrio em relação aos níveis de rentabilidade desejados para cada plano, procurando assegurar a gestão prudente e adequada.

No monitoramento de riscos da Eletros, o Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria e a Gestão de Risco Corporativo e Compliance ocupam posições centrais. Contudo, ambos não tratam somente do risco dos investimentos, mas também dos riscos associados às demais atividades da Eletros.

Aos gestores das carteiras de investimento cabe o cumprimento dos limites desta PI 2012, sendo que a Diretoria Executiva é a responsável pela gestão de risco das decisões internas.

A metodologia e os critérios de avaliação de risco dos investimentos compreendem risco de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

### A. RISCO DE CRÉDITO

**A.1.** Para concessão de crédito de emissor não financeiro, a Eletros utiliza critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna que se baseiam na avaliação da capacidade de pagamento, em informações de mercado e de consultoria externa. A classificação de risco deverá ser, no mínimo, "AA" da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, para títulos com prazo médio acima de 5 (cinco) anos e, no mínimo, "A" da mesma agência, ou o seu equivalente, para os demais casos.

**A.2.** Para a concessão de crédito de emissor financeiro, a Eletros contrata duas empresas especializadas em risco bancário, cujas avaliações são incorporadas aos critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna, baseados em indicadores de liquidez, solvência e outros.

### B. RISCO DE MERCADO

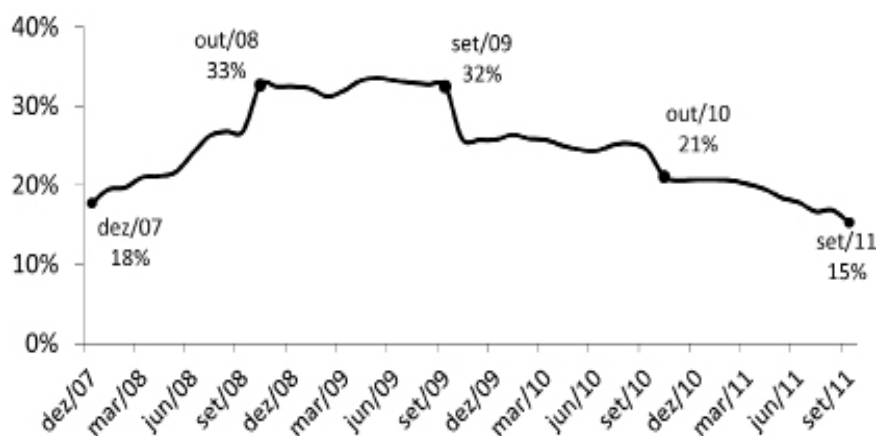
Os títulos mobiliários são precificados diariamente pelos critérios de marcação a mercado, refletindo o valor justo dos ativos.

Os demais ativos são precificados por critérios específicos não vinculados à marcação diária de mercado.

#### B.1 RISCO DE MERCADO E ALOCAÇÃO DE ATIVOS

O critério adotado para mensuração do risco de mercado na alocação de ativos é baseado no desvio-padrão da rentabilidade mensal de títulos, carteiras, segmentos e patrimônios e nas respectivas correlações como fator de diversificação. O critério Eletros mostra que o risco de mercado da renda variável está no menor nível dos últimos quatro anos.

**Evolução do risco de mercado da renda variável**  
(critério ELETROS para a alocação de ativos)



### B.2 RISCO DE MERCADO E SELEÇÃO DE ATIVOS

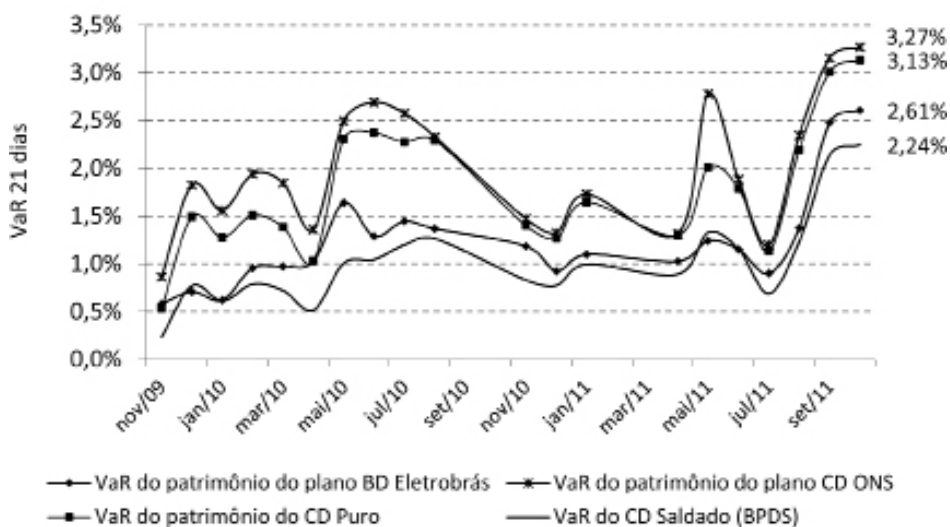
O critério para mensuração do risco de mercado na seleção de ativos é baseado no desvio-padrão da rentabilidade (volatilidade) de títulos, fundos e carteiras, e nas respectivas correlações como fator de diversificação.

Na gestão de renda variável, utiliza-se a medida beta e risco ativo das ações em relação ao índice de mercado para medir o risco relativo das posições.

### B.3. RISCO DE MERCADO E VALOR EM RISCO

A Eletros dispõe de avaliação do risco de mercado de curto prazo dos segmentos de renda fixa, de renda variável e do segmento de investimentos estruturados por meio do método do valor em risco (VaR). Contudo, não estabelece limites prévios de VaR para a tomada automática de decisão porque considera que essa não seja a medida mais apropriada em razão do seu descasamento com o prazo das obrigações.

**Evolução do VaR de 21 dias**



#### **B.4. RISCO DE MERCADO E PRECIFICAÇÃO DE OPÇÕES DE AÇÕES:**

Na avaliação do valor justo de opções de ações, utiliza-se o modelo de precificação Black & Scholes.

#### **C. RISCO DE LIQUIDEZ**

A medida do risco de liquidez do patrimônio é baseada na relação entre as receitas de investimentos e o fluxo de caixa previdenciário (receitas menos desembolsos previdenciários). Nas receitas de investimentos incluem-se as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que vencem e são renovadas diariamente, constituindo-se em importante fator de liquidez.

O segmento de renda fixa é o provedor de primeira ordem de liquidez para os planos.

No BD Eletrobrás, o fluxo de caixa previdenciário é negativo, e a cobertura necessária de liquidez é reforçada com títulos de renda fixa de longo prazo, com vencimentos vinculados aos desembolsos do passivo.

A medida de liquidez de um ativo é baseada no número de dias em que se transforma em disponibilidade financeira. A Eletros possui ativos com baixa liquidez, como é o caso de alguns títulos de renda fixa de longo prazo, imóveis e empréstimos aos participantes.

Os investimentos estruturados tendem a apresentar restrições importantes de liquidez, alguns dos quais são constituídos sob a forma de condomínio fechado, sem possibilidade de resgate antecipado, além de demandarem prazo médio de retorno superior a cinco anos, como é caso dos fundos de investimento em participações e de certos tipos de fundos imobiliários.

#### **D. RISCO OPERACIONAL**

Parte do patrimônio dos planos da ELETROS é gerida internamente e isso requer estrutura de governança com normas,

procedimentos e verificação de conformidades.

O risco operacional é mitigado com a segregação de funções entre gestão, administração, liquidação e custódia de títulos.

O risco associado à execução das operações na gestão interna com títulos mobiliários é mitigado através dos procedimentos contratuais com o agente custodiante, responsável por pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos, pela custódia e controladoria de fundos de investimentos exclusivos e carteiras.

#### **E. RISCO LEGAL**

O risco legal na gestão dos investimentos associado a falhas contratuais, documentação insuficiente e falta de representatividade é mitigado pela intervenção da área jurídica, que emite parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade deva ser representada legalmente.

As provisões para inadimplências associadas aos investimentos são registradas de acordo com a legislação e as contingências de natureza judicial não possuem fluxo previsto na PI 2012.

O agente custodiante deve informar sobre qualquer mudança na legislação que implique em revisão ou ajustamento dos regulamentos dos fundos de investimento dos quais a Eletros seja cotista, bem como deve prestar as informações necessárias para o cumprimento, por parte da Eletros, dos dispositivos legais e regulamentares.

#### **F. RISCO SISTÊMICO**

O risco sistêmico dos investimentos deve estar representado pelos testes de estresse com base na definição de cenários críticos para os segmentos que possuam títulos mobiliários, através dos quais perdas extremas são estimadas para cada plano, mas não implicam em tomada de decisão automática.

## 5 - OUTRAS ORIENTAÇÕES

### A. CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS

A ELETROS tem contrato com o Bradesco para a prestação de (i) serviços de custódia qualificada, que consiste na liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e informação de eventos associados aos ativos e (ii) de controladoria de fundos de investimento exclusivos e carteiras, que consiste na execução dos processos que compõem a respectiva controladoria dos ativos e do passivo, bem como a execução dos procedimentos contábeis.

### B. USO DE DERIVATIVOS

O uso de derivativos na gestão interna será permitido desde que esteja de acordo com o processo decisório interno e que seja submetido caso a caso ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva.

O uso de derivativos de renda variável não será permitido para a proteção de carteira de ações ("hedge") nos perfis de investimento e nos fundos de investimento exclusivos da Eletros.

### C. PRECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:

O agente custodiante é responsável pelo apreamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da Eletros baseando-se em critério de marcação a mercado.

A equipe interna da Eletros é responsável pelo apreamento do segmento de operações com participantes e de imóveis, exceto no caso de reavaliações, as quais serão feitas por empresa contratada na forma da legislação.

### D. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Eletros é aderente aos princípios de responsabilidade socioambiental.

### E. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

Os programas de educação financeira e previdenciária contribuem para aperfeiçoar os mecanismos de atuação dos fundos de pensão e para auxiliar as ações fiscalizadoras. Para o participante, pode incentivar à mudança de hábitos culturais e permitir que realize a escolha adequada ao seu perfil de investimento.

O programa de educação financeira e previdenciária da Eletros contempla os três níveis recomendados em guias internacionais de boas práticas: informação, formação e orientação. Suas ações incluem palestras, concursos, treinamentos e eventos que facilitam a aproximação com o participante, cuja atuação consciente pode se revelar um importante mitigador de riscos.

A certificação é um requisito para profissionais dos fundos de pensão e atesta a competência no exercício do cargo ou função. Conselheiros, dirigentes e boa parte da equipe interna de investimentos da Eletros possuem certificação por entidade de reconhecido mérito no mercado financeiro nacional.

### F. COMUNICAÇÃO COM O PARTICIPANTE

Além do portal do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, a Eletros possui iniciativas especiais para a comunicação com o seu participante.

Através do endereço eletrônico, o participante pode ter acesso a um conjunto de informações institucionais e conceitos que incluem esta política, o Guia de Investimentos, a norma para a gestão interna de investimentos, o regimento dos comitês e outras.

Ainda no endereço eletrônico, o participante pode encontrar informações mais diretamente relacionadas ao seu plano, tais como perfis de investimento,

a rentabilidade e relatório com acompanhamento da PI 2012.

Para o contato mais direto, trimestralmente são realizadas reuniões nas patrocinadoras para apresentar os resultados alcançados e as perspectivas tanto para os investimentos quanto para o cenário macroeconômico.

O jornal Eletros em Foco aborda assuntos de interesse geral do participante e também é um instrumento através do qual algumas matérias sobre investimento são veiculadas, principalmente quanto ao desempenho dos planos e ao cenário macroeconômico.

## 6. RESPONSABILIDADES

**A.** O Conselho Deliberativo será responsável por (i) aprovar esta política; (ii) reavaliá-la trimestralmente ou quando necessário; aprovar caso a caso (iii) os investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2012, (iv) o uso de derivativos e (v) o aporte no segmento de investimentos estruturados. Será responsável pela (vi) aquisição, alienação e constituição de ônus sobre bens imóveis e (vii) pela definição dos encargos financeiros por plano das operações com participantes.

**B.** A Diretoria Executiva será responsável por (i) elaborar esta política e propor a sua alteração ao Conselho Deliberativo, a quem também deve propor a aprovação (ii) dos investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2012, (iii) do uso de derivativos, (iv) do aporte no segmento de investimentos estruturados, (v) da aquisição, alienação e a constituição de ônus sobre bens imóveis, (vi) dos encargos financeiros por plano das operações com participantes.

Deverá ser responsável pelas decisões de alocação e seleção de ativos, e implementar a gestão interna dos

investimentos, incluindo os riscos associados.

**C.** O Diretor Financeiro é designado para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), sendo o responsável pela gestão dos investimentos junto ao órgão supervisor.

**D.** A equipe interna será responsável por (i) elaborar e recomendar a alocação de ativos à Diretoria Executiva, exceto em renda variável dos perfis Conservador, Moderado e Agressivo, e por (ii) elaborar e recomendar a seleção de ativos à Diretoria Executiva, além de (iii) executar as operações na gestão interna de todos os planos e perfis de investimento; (iv) realizar o apreamento dos imóveis, exceto no caso de reavaliações, e das operações com participantes.

**E.** O gestor externo dos fundos de investimento exclusivos deverá fazer a seleção de ativos seguindo o mandato acordado com a Eletros e com o respectivo regulamento.

**F.** O agente custodiante será o responsável (i) pelos pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos na forma do contrato; (ii) por informar mudanças na legislação que afetem o regulamento dos fundos de investimento; (iii) por prestar informações necessárias para o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares; (iv) pelo apreamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da Eletros, e pela execução dos procedimentos contábeis.

**G.** A área jurídica da Eletros deverá emitir parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade seja representada legalmente.

**H.** O Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria e a Gestão de Riscos Corporativos e Compliance ocupam posições centrais no monitoramento de riscos dos investimentos da Eletros.

## Glossário

**BD Eletrobrás** – plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

**CD Eletrobrás** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por plano CD Eletrobrás Puro e plano CD Saldado (BPDS).

**CD Ceron** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Eletrobrás de Rondônia S.A. - CERON.

**CD ONS** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

**CV EPE** – plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

**CDI** – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

**INPC** – índice Nacional de Preços ao Consumidor (inflação).

**IBrX** – Índice Brasil (renda variável).

**PI 2012** – política de investimento da Eletros para o exercício de 2012.

**PIB** – Produto Interno Bruto (atividade econômica).

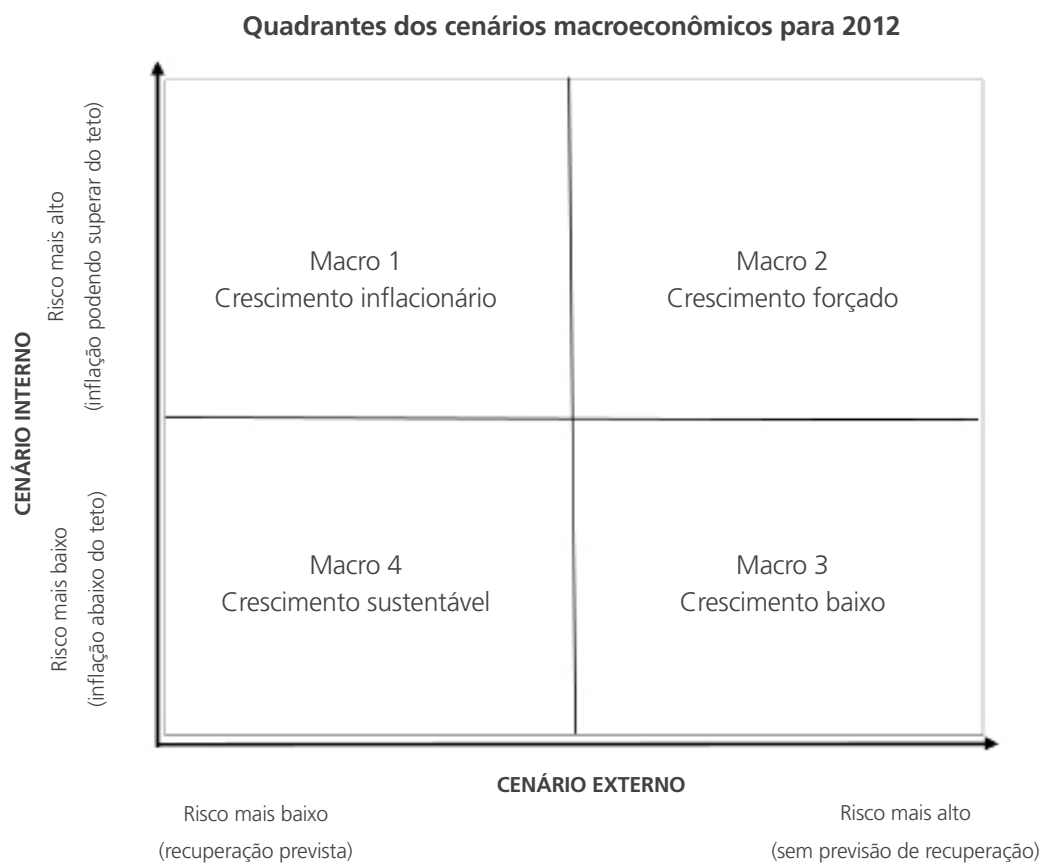
**Resolução 3792** – Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3792, de 24 de setembro de 2009, dispondo sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.



# Anexo I - Cenário Macroeconômico e dos Investimentos

A variável-chave do cenário macroeconômico para 2012 é o crescimento do PIB brasileiro, o qual será o resultado da combinação da situação interna e externa:

- No cenário interno, o principal fator de risco é a inflação. O descontrole das contas públicas é a variável que pode levar ao estresse das expectativas dos agentes.
- No cenário externo, o principal fator de risco é a recuperação das economias europeias e americana. A desaceleração abrupta, inclusive da economia chinesa, é a variável que pode levar ao estresse das expectativas dos agentes.



Por ordem decrescente de risco, tem-se:

- Cenário Macro 2 (probabilidade: 25%) – a falta de previsão para a recuperação da economia internacional leva a um aumento de gasto público interno para compensar o PIB menor, o que impacta a inflação de 2012 e dos anos seguintes.

- Cenário Macro 1 (probabilidade: 15%) – a previsão de recuperação da economia internacional acelera o PIB brasileiro e leva a inflação a superar o teto da meta de 2012 e ameaçando o de 2013.

- Cenário Macro 3 (o mais provável. Probabilidade: 50%) – a falta de previsão para a recuperação da economia internacional leva a um crescimento baixo do PIB. A inflação fica acima do centro da meta, mas é inferior ao teto de 6,5%.

### Projeções macroeconômicas

	Estimadas 2011*	Projetadas				
		2012	2013	2014	2015	2016
Crescimento do PIB	3,1%	3,0%	3,0%	4,9%	4,8%	4,8%
Juros CDI no ano	11,6%	10,0%	10,8%	9,6%	9,3%	9,3%
Inflação INPC no ano	6,4%	6,0%	5,2%	4,5%	4,5%	4,5%
Juros reais CDI sobre INPC	5%	4%	5%	5%	5%	5%
Dólar no final do ano em R\$	1,80	1,90	1,99	2,06	2,13	2,20
Risco Brasil no final do ano (em pontos base)	200	200	170	150	100	100

\* As projeções para todo o ano de 2011 foram feitas a partir de dados realizados até outubro/11.

- Cenário Macro 4 (o ideal. Probabilidade: 10%) – a previsão de recuperação internacional ocorre concomitante a um crescimento sustentável do PIB, com inflação abaixo do teto da meta em 2012 e anos seguintes.

Em qualquer dos cenários, projeta-se uma taxa de juros real da ordem de 4% ao ano em 2012, sendo que no Macro 1 e 2 a inflação corroeria mais fortemente as taxas nominais.

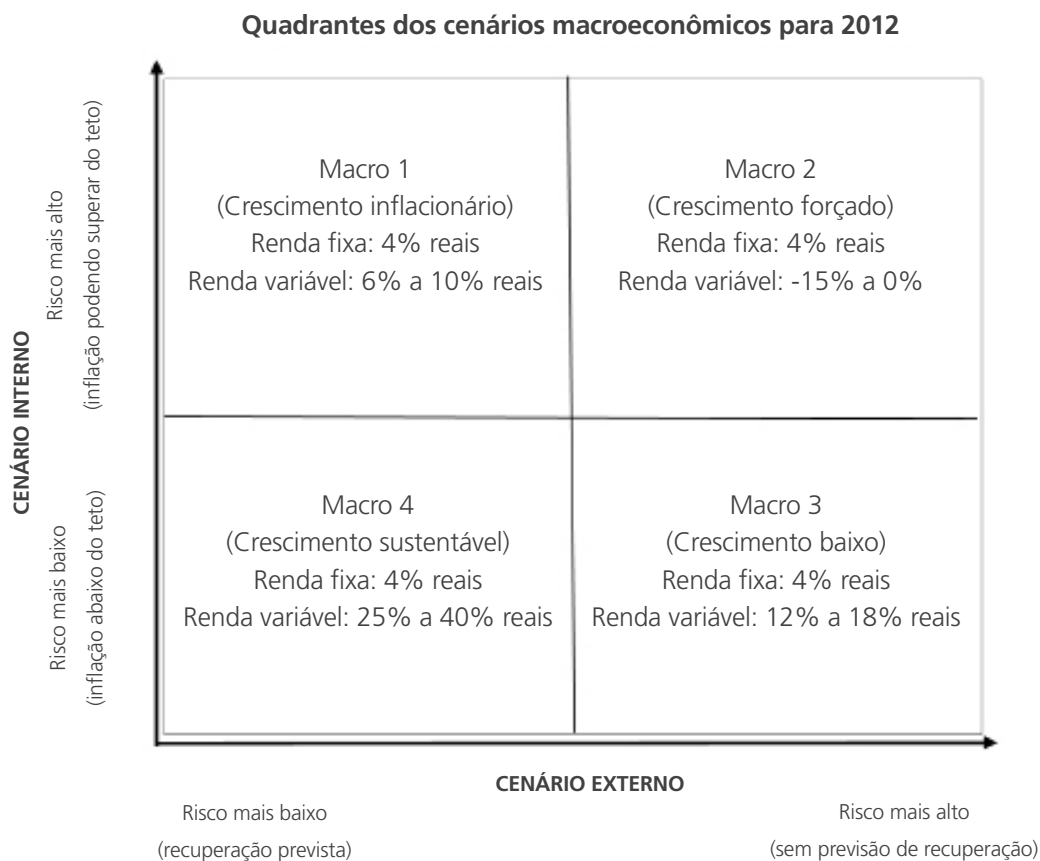
### Cenário para os investimentos em 2012

A situação externa é o elemento primário para o desempenho da renda variável.

A perspectiva de inflação alta afeta os dois principais segmentos:

- Na renda fixa porque corrói os ganhos reais.
- Na renda variável pelo motivo acima e porque inibe os investidores.

Os ganhos nos dois segmentos estão diretamente relacionados ao cenário macro:



O segmento de investimentos estruturados não terá influência significativa na rentabilidade dos planos em 2012 devido ao baixo volume pr visto de aportes.

O segmento de imóveis tem surpreendido positivamente em termos de rentabilidade, mas a carteira está ajustada após as reavaliações de 2010 e 2011, não devendo repetir o desempenho desses anos.

## Anexo II - Critério Para Superação de Metas de Rentabilidade

A premissa básica para o cenário dos investimentos abrangendo cinco anos à frente é de taxa real de juros da ordem de 5% ao ano:

Nesse cenário, o conceito de segurança da renda fixa será relativizado. Com retorno mais baixo, o segmento passará a ter um risco mais elevado de não atingimento de metas. Um plano ou perfil com elevada alocação em renda fixa terá uma probabilidade próxima de zero de atingir as metas em 2012.

Para buscar o atingimento das metas, será necessária a diversificação para ativos com maior risco, entre os quais os que compõem os segmentos de renda variável e de investimentos estruturados.

As alternativas para diversificação têm fatores de risco que requerem uma ampliação do prazo de maturação das taxas de retorno, seja em razão da influência do cenário macroeconômico, no caso da renda variável, ou do horizonte de tempo, no caso dos investimentos estruturados.

A superação de metas de rentabilidade em bases anuais estará dificultada pela baixa rentabilidade real da renda fixa e pelos citados fatores de risco associados às alternativas de diversificação. Mesmo os índices de referência estão ameaçados de não serem atingidos anualmente.

A solução proposta é ampliar a mensuração de metas de rentabilidade da base anual para a trienal, de modo que a ELETROS possa adequar o foco de suas decisões

para prazos mais compatíveis com o tempo necessário para a materialização das taxas de retorno dos investimentos com maior risco.

Propõe-se que, para efeito de mensuração de metas estabelecidas no planejamento estratégico, a taxa anual de rentabilidade do patrimônio de cada plano seja a média de janelas de três anos.

Tecnicamente, a média de janelas trienais seria na forma geométrica, apurada pela seguinte fórmula:

$$R_M = \sqrt[3]{\prod_{i=1}^3 (1+R_i)} - 1$$

Na qual a  $R_M$  é a rentabilidade real média do triênio que será comparada com a meta do plano M e é a rentabilidade real do patrimônio do plano M no ano.

### Implementação

O critério proposto será implementado a partir de 2012 considerando as seguintes etapas:

Período	Critério de Implementação
2012	Rentabilidade de 2012
2013	Média geométrica da rentabilidade de 2012 e 2013
2014	Média geométrica da rentabilidade do triênio 2012-2014
A partir de 2015	Média geométrica de janelas de rentabilidade trienais conforme fórmula acima

\* Somando todos os perfis de investimento.

## Eletros-Saúde

**O** Eletros-Saúde chegou ao final do ano de 2011 com a sensação do dever cumprido, tanto por ter trazido novidades e melhorias para os seus usuários, como por ter conseguido reverter o déficit apresentado no ano de 2010, apresentando resultado econômico-financeiro positivo além de ter obtido os melhores índices divulgados pela ANS, agência reguladora do setor, quando avalia as operadoras de plano de assistência à saúde suplementar. Dentre as principais ações desenvolvidas destacamos:

- A consolidação do novo sistema de gestão de plano de saúde vencidas as fases iniciais de parametrização e implantação.

- Aprimoramento do Portal Eletros-Saúde como fonte de informação e atualização para os nossos usuários e credenciados. Com a consolidação do Portal Eletros-Saúde conseguimos alcançar dois objetivos estratégicos traçados para o ano de 2011, quais sejam: a disponibilização do demonstrativo mensal de utilização para os usuários do plano e o acesso ao ambiente online para os credenciados permitindo a consulta ao seu demonstrativo de pagamento.

- Ainda no 1º semestre, fizemos a distribuição das novas carteiras de identificação do plano de saúde, com novo layout e validade de dois anos, conferindo maior praticidade com a eliminação do uso de etiquetas.

- A partir de dezembro passou a vigorar a nova lista de procedimentos que precisam de autorização prévia unificada para as Patroci-

nadoras Eletrobras, Cepel e Eletros. Com essa unificação foi possível alterar a responsabilidade de solicitação de autorização prévia, que passou a ser do credenciado que executará o serviço. Essa alteração de procedimento teve como objetivo proporcionar maior conforto aos nossos usuários, além de adotarmos uma prática existente no mercado de saúde suplementar que confere agilidade ao processo.

- No mês de setembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Eletros o índice de reajuste das mensalidades do Eletros-Saúde de 7,69%, consonante com a avaliação atuarial do plano, com os parâmetros do mercado de saúde e com o índice divulgado pela ANS.

- Principais novos credenciados: Hospital Niterói D'Or e Hospital Norte D'Or, acrescentando mais 200 leitos à nossa rede de cobertura hospitalar.

- No mês de agosto de 2011, foi divulgado pela ANS o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar – IDSS de 2010, onde o Eletros-Saúde conseguiu a nota de 0,807, o que nos classifica como operadora de melhor desempenho nos quesitos da Agência, que avalia quatro grandes dimensões: atenção à saúde, econômico-financeira, estrutura e operação e satisfação do beneficiário. A ANS também divulgou o Monitoramento Assistencial das Operadoras, referente ao último trimestre de 2011, tendo o Eletros-Saúde recebido o “status VERDE”, nível mais alto, com indicador final acima de 0,8, o que significa que a operadora apresentou índices de risco assistencial BAIXO.



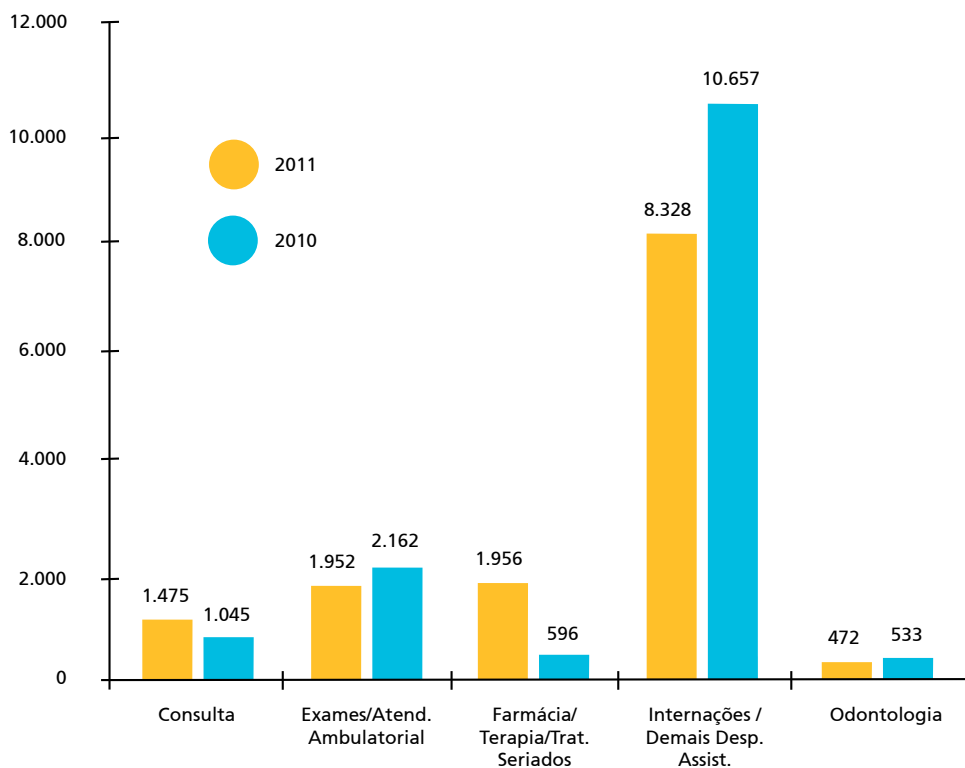
- Ao longo do 2º semestre, a equipe do Eletros-Saúde em conjunto com a área de Gestão de Riscos e Compliance, elaborou o Planejamento Estratégico do Eletros-Saúde para o período de 2012-2016.

- O Eletros-Saúde terminou o exercício de 2011 tendo alcançado um resultado econômico-financeiro positivo, revertendo completamente o déficit apresentado no exercício anterior, tendo sido constituída a Provisão para Contingências Operacionais no valor de R\$ 370.216,69.

### Custo médio anual por evento

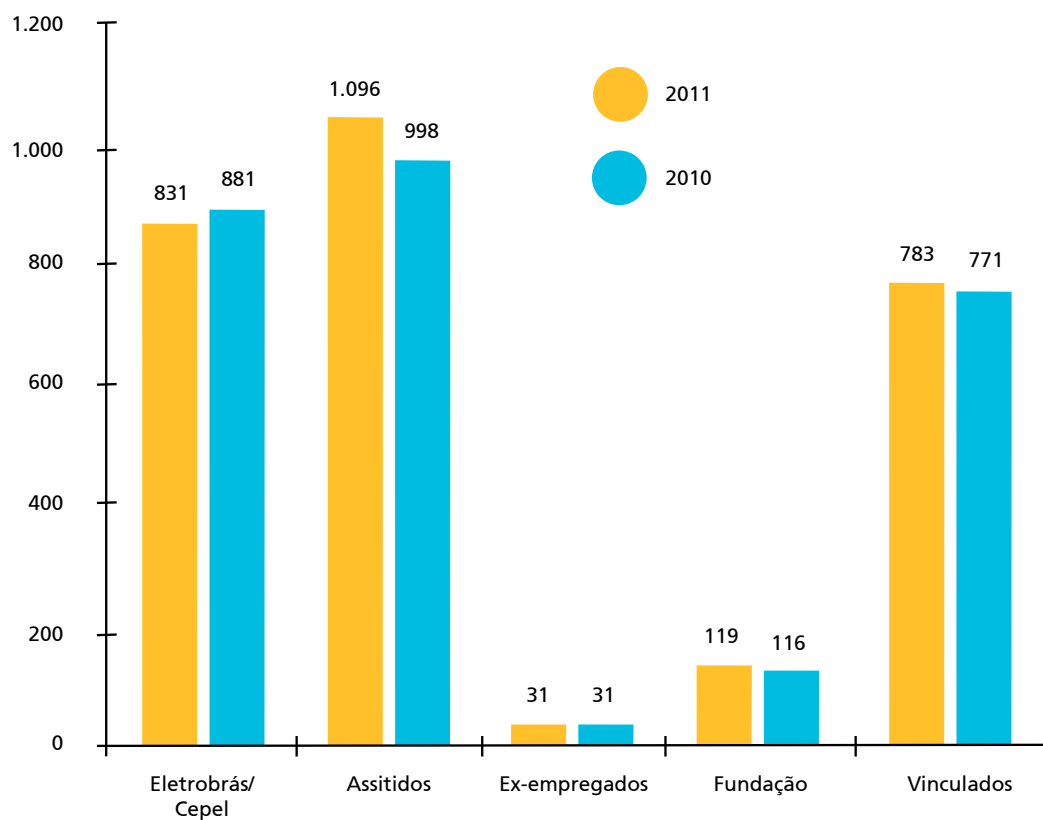
EVENTOS	2011	2010
Consulta	1.475	1.045
Exames/Atend.Ambulatorial	1.952	2.162
Farmácia/Terapia/Trat.Seriados	1.956	596
Internações / Demais Desp. Assist.	8.328	10.657
Odontologia	472	533
<b>TOTAL (a)</b>	<b>14.182</b>	<b>14.993</b>

Obs: Valores com base nas informações contábeis .  
Nos valores das despesas médicas não estão inclusos os impostos.



## Beneficiários

Quantidade de Usuários - Titulares	2011	2010
Eletrobras /Cepel	831	881
Assistidos	1.096	998
Ex-empregados	31	31
Fundação	119	116
Vinculados	783	771
<b>Total</b>	<b>2.860</b>	<b>2.797</b>



## Demonstrativo de Resultados 2011

Em R\$ mil

	2011	2010
Contraprestações Efetivas / Prêmios ganhos do Plano de Assistência à Saúde	17.710	15.744
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	17.512	15.311
Variação das Provisões Técnicas	-	246
Receita com Administração de Planos de Assistência à Saúde	271	524
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(73)	(337)
<b>Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos</b>	<b>(14.106)</b>	<b>(16.273)</b>
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(18.631)	(21.290)
Recuperação de Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	4.411	6.296
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	114	(1.279)
<b>Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b>3.604</b>	<b>(529)</b>
Outras Despesas Oper. De Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	-	(2)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>3.604</b>	<b>(531)</b>
Despesas Administrativas	(6.233)	(5.306)
Outras Receitas Operacionais	5.247	5.294
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(1.760)</b>	<b>(1.355)</b>
Provisão para Contingências - Operacional	(370)	(44)
Outras	(1.390)	(1.311)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>779</b>	<b>325</b>
Receitas Financeiras	1.284	818
Despesas Financeiras	(505)	(493)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>1.637</b>	<b>(1.573)</b>



## Balancos Patrimoniais

Em R\$ mil

Ativo	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante	13.921	12.691	7.027	7.259
Disponível	129	68	2.977	4.004
Realizável	13.792	12.623	1.330	2.242
Aplicações	10.540	8.808	1.647	1.762
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	1.454	1.971	1.183	1.187
Participação dos beneficiários em eventos indenizados	653	685	93	109
Operadoras de planos de assistência à saúde	801	1.286	317	250
Títulos e créditos a receber	1.798	1.844	1.123	445
Ativo não-circulante	873	381	1.334	1.264
Realizável a longo prazo			3.820	3.899
Valores e bens	873	381		
			3.820	3.899
			3.820	3.899
			3.947	1.914
			2.045	1.863
			1.838	1.624
			1.838	1.624
			64	(1.573)
	14.794	13.072	14.794	13.072

## Demonstrações das mutações do patrimônio social

Em R\$ mil

	Patrimônio Social	Reservas de lucros/sobras/retenções	Prejuízos/déficit acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	1.687	2.151	-	3.838
Aumentos do patrimônio social com lucros e reservas em espécies	176	-	(176)	-
Reversões de reservas	-	(527)	527	-
Lucro/superávit/prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.924)	(1.924)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	1.863	1.624	(1.573)	1.914
Aumentos do patrimônio social com lucros e reservas em espécies	182	-	-	182
Constituição de reservas	-	214	-	214
Lucro/superávit/prejuízo líquido do exercício	-	-	1.637	1.637
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	2.045	1.838	64	3.947

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Em R\$ mil

Ativo	2011	2010
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimento de planos de saúde	20.128	15.510
Resgate de aplicações financeiras	36.936	40.538
Outros recebimentos operacionais	29.051	39.040
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(40.070)	(35.963)
Pagamento de pessoal	(3.204)	(3.007)
Pagamento de serviços de terceiros	(565)	(375)
Pagamento de tributos	(1.991)	(1.246)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(455)	(345)
Pagamento de aluguel	(107)	(105)
Pagamento de promoção/publicidade	(3)	(5)
Aplicações financeiras	(37.472)	(39.650)
Outros pagamentos operacionais	(1.795)	(13.877)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>453</b>	<b>515</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de juros - Empréstimos/financiamentos/leasing	(242)	(244)
Pagamento de amortização - Empréstimos/financiamentos/leasing	(253)	(226)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>	<b>(495)</b>	<b>(470)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(42)</b>	<b>45</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>(42)</b>	<b>45</b>
Saldo inicial	68	23
Saldo final	26	68
<b>Ativos livres no início do período</b>	<b>7.923</b>	<b>8.202</b>
<b>Ativos livres no final do período</b>	<b>6.979</b>	<b>7.923</b>
<b>Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>(944)</b>	<b>(279)</b>

## Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras - Eletros-Saúde

Aos  
Diretores, Conselheiros, Participantes e às Patrocinadoras da  
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” (“Plano”) da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o obje-

tivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Plano para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Plano. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

## **Outros assuntos**

### **Base de elaboração das demonstrações contábeis**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. O “Plano de Assistência à Saúde – PAS”, para fins societários, é parte integrante das demonstrações

contábeis da Fundação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de março de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2012

### **KPMG Auditores Independentes**

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

### **José Luiz de Souza Gurgel**

Contador CRC 1RJ087339/O-4

## Eletros-Saúde

# Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais

## 1 - Contexto Operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A Eletros oferta e gerencia o programa de assistência à saúde, e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

São usuários do Plano Eletros-Saúde, desde que participantes previdenciários:

- a. os assistidos e pensionistas da Eletros e seus dependentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros(as);
- b. Os funcionários da própria Eletros e seus dependentes descendentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros(as);
- c. Ex-funcionários das Patrocinadoras, de acordo com o art.15 do Regulamento do Eletros-Saúde e seus dependentes descendentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros(as).

O Plano Eletros-Saúde será custeado exclusivamente pelo seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias.

Em 31 de dezembro de 2011, o Plano Eletros-Saúde contava com 1.146 participantes ativos (1.129 em dezembro de 2010) e 2.037 assistidos (1.903 em dezembro de 2010).

## 2 - Apresentação das demonstrações contábeis

### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde, em especial das Resoluções Normativas nº 247/11, Instrução Normativa DIOPE nº 46/11, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

### b. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.

### c. Moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares

de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis na nota explicativa relativas às provisões técnicas, que são calculadas de acordo com determinações do órgão regulador e contingências, que são provisionadas em função da opinião dos consultores jurídicos.

## **3 - Principais práticas contábeis**

### **3.1. Apuração do resultado**

#### **a. Receita**

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorre a emissão por parte da operadora de faturas de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, devendo ser registrado, em todas as situações, na conta redutora de Contraprestações a Receber denominada Faturamento Antecipado, no Ativo Circulante, e, no início do período de cobertura do risco deve ser apropriado como receita ao resultado do período, pelo critério "pro rata" dia, em atenção ao princípio de competência.

#### **b. Custo**

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

### **3.2. Instrumentos financeiros não derivativos**

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

São classificadas como destinadas à negociação as aplicações financeiras e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados a negociação são avaliados a valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (nota 4), aplicações financeiras (Nota nº 5), Créditos recebíveis e empréstimos a pagar (Nota nº 12).

Os instrumentos financeiros são melhores detalhados na Nota nº 19 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos.

### **3.3. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registra-

das tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 3.4. Provisões técnicas

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excetuando-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 9).

### 3.5. Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados.

## 4 - Disponível

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas no mês de dezembro de 2011 e que foram liquidadas em janeiro de 2012, conforme demonstrado abaixo:

	2011	2010
<b>Bancos</b>	26	68
<b>Banco Eletrônico</b>	103	-
	129	68

## 5 - Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as aplicações financeiras apresentavam a seguinte composição:

### 5.1. Aplicações vinculadas a provisões técnicas

	2011	2010
<b>Cotas de Fundos de Investimentos (a)</b>	3.587	953
	3.587	953

(a) Aplicação em fundos de investimentos de Renda Fixa dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS, junto ao Banco Bradesco S.A. A rentabilidade auferida pelo fundo em 2011 foi de 11,21%.

A Eletros constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras que lastreiam provisões técnicas (nota Explicativa nº 9), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

### 5.2. Aplicações não vinculadas a provisões

	2011	2010
<b>Cotas de Fundos de Investimentos (a)</b>	6.945	7.282
<b>Caderneta de Poupança</b>	8	573
	6.953	7.855

(a) Aplicação em fundos de investimentos Multimercado Crédito Privado, junto ao Banco Alfa, adquirido com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado, tendo o fundo obtido uma rentabilidade de 12,23% em 2011.



## 6 - Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

	2011	2010
<b>Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis</b>		
Ressarcimento convênio médico hospitalar	653	685
<b>Operadoras de planos de assistência à saúde</b>		
Ressarcimento convênio de reciprocidade	801	1.286
	<b>1.454</b>	<b>1.971</b>

### 6.1. Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores são descontados em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

### 6.2. Operadoras de Planos de Assistência à Saúde

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

## 7 - Títulos e créditos a receber

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor de repasse das mensalidades dos assistidos e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a Eletrobras e Cepel:

	2011	2010
Valores a serem repassados pela Eletros (a)	480	1.359
Ressarcimento de despesas administrativas	370	214
Fundo Rotativo ELETROBRAS (b)	851	151
Outros valores a receber	97	120
	<b>1.798</b>	<b>1.844</b>

(a) Mensalidades dos assistidos descontadas na folha de pagamento dos planos previdenciários.

(b) O Fundo Rotativo ELETROBRAS refere-se aos montantes a serem ressarcidos pela ELETROBRAS em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.

## 8 - Valores e bens

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

	2011	2010
<b>Tributários</b>		
COFINS	697	279
PIS	114	45
	<b>811</b>	<b>324</b>
<b>Trabalhistas</b>	19	18
<b>Cíveis</b>	43	39
	<b>873</b>	<b>381</b>

## 9 - Provisões técnicas de operações à saúde

	2011	2010
Provisão de eventos a liquidar (a)	1.330	2.242
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	1.647	1.762
	<b>2.977</b>	<b>4.004</b>

(a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.

(b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela RN nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

(c) Ativos garantidores: as provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 159/07. A entidade possui lastro suficiente para garantir todas as provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2011 e parte das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2010 (Nota Explicativa nº 5) em decorrência das provisões realizadas para atendimento ao CPC nº 25.

## 10 - Débitos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

	2011	2010
Fundo rotativo Eletrobrás (Convênio ECV-249-C/10)	-	583
Valores a serem repassados a Eletros (a)	1.039	520
Outros valores a pagar	144	84
	<b>1.183</b>	<b>1.187</b>

(a) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à Eletros.

## 11 - Tributos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Imposto de renda retido na fonte	26	20
INSS	31	39
Imposto Sobre Serviços (ISS)	17	22
Outros	19	28
	<b>93</b>	<b>109</b>

## 12 - Empréstimos e financiamentos a pagar

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está composto da seguinte forma:

	2011	2010
<b>Circulante</b>	<b>317</b>	<b>250</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.820</b>	<b>3.899</b>
	<b>4.137</b>	<b>4.149</b>

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à Fabes, conforme decisão tomada na 164ª. Reunião de Conselho Deliberativo da Eletros, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

- Prazo de amortização: 15 anos
- Reajuste: INPC
- Taxa de juros: 0,5% a.m.
- Periodicidade do reajuste: anual

## 13 - Provisões para contingências

A Eletros constitui provisão para contingências com base na opinião de seus advogados. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

	2011	2010
<b>Trabalhistas</b>	<b>19</b>	<b>18</b>
<b>Cíveis</b>	<b>262</b>	<b>49</b>
<b>Tributárias (PIS e COFINS)</b>	<b>842</b>	<b>378</b>
	<b>1.123</b>	<b>445</b>

A Eletros possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 8).

## 14 - Débitos diversos - Contraprestações recebidas

O saldo desta rubrica, no montante de R\$ 1.334 mil (R\$ 1.264 mil em 2010), refere-se ao registro da antecipação das mensalidades dos assistidos. No mês de cobertura do risco, a contabilidade realiza a baixa do referido montante e apropria essa receita no resultado do período, em atenção ao princípio da competência.

## 15 - Patrimônio social

	2011	2010
<b>Patrimônio social</b>	<b>1.295</b>	<b>1.295</b>
<b>Patrimônio mínimo ajustado</b>	<b>750</b>	<b>568</b>
	<b>2.045</b>	<b>1.863</b>
<b>Reservas</b>		
<b>Fundo de reserva</b>		
Fundo Garantidor	1.219	1.144
Fundo Parceria Banco Real	-	333
Fundo Assistencial	-	147
Fundo Parceria Banco Santander	619	-
	<b>1.838</b>	<b>1.624</b>
<b>Déficits acumulados ou resultado</b>	<b>64</b>	<b>(1.573)</b>
	<b>3.947</b>	<b>1.914</b>

Em atendimento à Resolução Normativa RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009 que revogou a Resolução normativa RN nº 206, de 2 de dezembro de 2009, foram constituídos, a partir de janeiro de 2008, o fundo Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA e a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, que incorporam a finalidade do Fundo Garantidor constituído até dezembro de 2007.

### 15.1. Reservas

- **Fundo Garantidor do Eletros-Saúde**

O Fundo Garantidor do Eletros-Saúde foi constituído nos

exercícios de 2006 e 2007, e tinha por finalidade a redução de deficit futuros. A contribuição para o fundo garantidor foi calculada com base no percentual de 5% sobre as contribuições vertidas para o plano a partir de julho de 2006, e parte desses recursos foi utilizada para redução de mensalidades do plano Eletros-Saúde da categoria de assistidos e pensionistas, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2011.

O Fundo Garantidor é rentabilizado mensalmente e, em 31 de dezembro de 2011, apresentava um saldo de R\$ 1.219 mil (R\$ 1.144 mil em 2010).

- **Fundo Parceria Banco Real**

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, o Fundo Parceria Banco Real foi constituído no exercício de 2007 com recursos recebidos do Banco Real, no período de janeiro de 2006 a agosto de 2007, de acordo com contrato de parceria para serviços.

A remuneração recebida do Banco Real tinha como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros. Os recursos recebidos foram utilizados para redução de mensalidades do plano Eletros-Saúde da categoria de assistidos e pensionistas, de setembro de 2007 a setembro de 2010.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, o saldo existente em setembro de 2010 no Fundo Parceria Banco Real foi repassado mensalmente para os assistidos participantes do plano Eletros-Saúde, no valor individual de R\$ 76,70, até a extinção do Fundo, o que ocorreu em abril de 2011.

- **Fundo Assistencial**

Em outubro de 2010, ocorreu a renovação do contrato de parceria de serviços. Nessa ocasião, o Conselho Deliberativo da Eletros aprovou a constituição do Fundo Assistencial, e a remuneração paga pelo Banco Real passou a ser contabilizada mensalmente nesse fundo, ainda sem destinação definida, visto a intenção de se estudar uma forma de beneficiar toda a coletividade de participantes ativos e assistidos da Eletros. Entretanto,

foi determinado que parte desses recursos, correspondente a R\$ 37.500 mensais, seria apropriada como receita do plano Eletros-Saúde, no período de outubro de 2010 a setembro de 2011, totalizando R\$ 450.000.

Em reunião realizada em setembro de 2011, o Conselho Deliberativo da Eletros deliberou a extinção do Fundo Assistencial e a transferência do saldo apurado em outubro de 2011 para um novo fundo denominado Fundo Parceria Banco Santander.

- **Fundo Parceria Banco Santander**

Fundo constituído em outubro de 2011, com a transferência do saldo do extinto Fundo Assistencial, tendo como fonte de recursos a remuneração recebida mensalmente do Banco Santander, de acordo com contrato de parceria de serviços.

A remuneração recebida do Banco Santander tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da Eletros.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, em sua 201ª reunião, em 2 de setembro de 2011, foi determinado que parte das mensalidades do plano Eletros-Saúde da categoria de assistidos e pensionistas fosse custeada pelo Fundo Parceria Banco Santander, a partir de outubro de 2011. O valor unitário mensal de cobertura foi estipulado em R\$ 72,74, e vigorará até o próximo reajuste anual de mensalidade do Plano Eletros-Saúde.

## 16 - Despesas administrativas

	2011	2010
Pessoal	3.726	3.325
Serviços de terceiros (a)	736	422
Localização e funcionamento (b)	597	552
Publicidade e propaganda	-	8
Tributos (c)	13	16
Contingências (d)	466	379
Despesas administrativas indiretas (e)	568	489
Outras	127	115
	<b>6.233</b>	<b>5.306</b>

(a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;

(b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;

(c) Impostos e contribuições (IPTU e taxa de saúde suplementar); e

(d) Refere-se basicamente a constituição de provisão de contingência de PIS e COFINS.

(e) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da Eletros.

## 17 - Outras despesas operacionais

	2011	2010
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Provisão para contingências	370	44
Outras (a)	1.390	1.311
	<b>1.760</b>	<b>1.355</b>

(a) Refere-se basicamente ao repasse do subsídio aos assistidos do convênio com o Banco Santander e as constituições e remunerações dos fundos de reserva.

## 18 - Resultado financeiro

	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>		
Recebimentos em atraso	-	2
Aplicações financeiras (a)	1.177	782
Outras	107	34
	<b>1.284</b>	<b>818</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Empréstimos e financiamentos (b)	483	480
Pagamento de tributos	-	5
Outras	22	8
	<b>505</b>	<b>493</b>
	<b>779</b>	<b>325</b>

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.

(b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

## 19 - Exposição e gestão de riscos

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas

e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

### Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Historicamente a Fundação não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte de seus participantes.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha

liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

### **Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.



# Demonstrações Contábeis

## Balancos Patrimoniais

Em R\$ mil

Ativo	2011	2010	Passivo	2011	2010
Disponível	643	277	Exigível operacional	11.002	9.775
Realizável	3.009.354	2.779.494	Gestão previdencial	3.649	4.756
Gestão previdencial	60651	53.680	Gestão administrativa	7.311	4.981
Gestão administrativa	10660	9.924	Investimentos	42	38
Investimentos	2.938.043	2.715.890	Exigível contingencial	33.324	27.237
Títulos públicos	748.361	731.942	Gestão previdencial	19.527	15.955
Créditos privados e depósitos	358.102	248.767	Gestão administrativa	4.336	2.446
Ações	364.898	296.073	Investimentos	9.461	8.836
Fundos de investimento	1.109.306	1.200.210	Patrimônio social	2.969.028	2.745.663
Investimentos imobiliários	215.910	104.588	Patrimônio de cobertura do plano	2.868.071	2.676.344
Empréstimos	132.005	125.474	Provisões matemáticas	2.868.071	2.783.459
Depósitos judiciais/recursais	9.461	8.836	Benefícios concedidos	1.889.505	1.791.020
Outros realizáveis	0	0	Benefícios a conceder	1.110.432	1.008.976
Permanente	3.357	2.904	(-) provisões matemáticas a constituir	-131.866	-16.537
Imobilizado	970	899	Equilíbrio técnico - Resultados realizados	0	-107.115
Intangível	2.286	2.005	Deficit técnico acumulado	0	-107.115
Diferido	101	-	Fundos	100.957	69.319
Gestão assistencial	14.794	13.072	Fundos previdenciais	30.138	-
			Fundos administrativos	63.313	62.064
			Fundos de investimentos	7.506	7.255
			Gestão assistencial	14.794	13.072
	3.028.148	2.795.747		3.028.148	2.795.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do ativo líquido - Plano BD Eletrobrás

Em R\$ mil

	2011	2010	Variação (%)
<b>Ativos</b>	<b>1.862.776</b>	<b>1.774.624</b>	<b>4,96</b>
Disponível	2	0	100
Recebível	100.772	91.609	10,00
<b>Investimento</b>	<b>1.762.002</b>	<b>1.683.015</b>	<b>4,69</b>
Títulos públicos	712.045	665.560	6,98
Créditos privados e depósitos	213.167	207.111	2,92
Ações	186.639	148.746	25,47
Fundos de investimento	403.822	499.027	-19,07
Investimentos imobiliários	156.600	75.857	106,44
Empréstimos	81.448	78.987	3,11
Depósitos judiciais/recursais	8.281	7.727	7,16
<b>Obrigações</b>	<b>30.746</b>	<b>27.714</b>	<b>10,94</b>
Operacional	2.938	4.032	-27,13
Contingencial	27.808	23.682	17,42
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>49.714</b>	<b>48.567</b>	<b>2,36</b>
Fundos administrativos	44.001	42.532	3,45
Fundos dos investimentos	5.713	6.035	-5,33
<b>Ativo líquido</b>	<b>1.782.316</b>	<b>1.698.343</b>	<b>4,94</b>
<b>Provisões matemáticas</b>	<b>1.782.316</b>	<b>1.805.458</b>	<b>-1,28</b>
<b>Deficit técnico</b>	<b>0</b>	<b>-107.115</b>	<b>-100</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do ativo líquido - Plano CD Eletrobrás

Em R\$ mil

	2011	2010	Varição (%)
<b>Ativos</b>	<b>955.905</b>	<b>851.267</b>	<b>12,29</b>
Disponível	4	1	300
Recebível	23.071	24.135	-4,40
<b>Investimento</b>	<b>932.830</b>	<b>827.131</b>	<b>12,77</b>
Títulos públicos	30.161	56.234	-46,36
Créditos privados e depósitos	120.372	35.288	241,11
Ações	144.964	121.761	19,05
Fundos de investimento	535.305	545.743	-1,91
Investimentos imobiliários	59.287	28.719	106,43
Empréstimos	41.561	38.277	8,57
Depósitos judiciais/recursais	1.180	1.109	6,40
<b>Obrigações</b>	<b>1.713</b>	<b>1.740</b>	<b>-1,55</b>
Operacional	533	631	-15,53
Contingencial	1.180	1.109	6,40
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>20.621</b>	<b>20.408</b>	<b>1,04</b>
Fundos administrativos	19.189	19.532	-1,75
Fundos dos investimentos	1.432	876	63,47
<b>Ativo líquido</b>	<b>933.571</b>	<b>829.119</b>	<b>12,59</b>
Provisões matemáticas	907.000	829.119	9,39
Fundos previdenciais	26.571	0	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do ativo líquido - Plano CD ONS Em R\$ mil

	2011	2010	Variação (%)
<b>Ativos</b>	<b>165.563</b>	<b>140.110</b>	<b>18,16</b>
Disponível	2	0	100
Recebível	18	0	100
<b>Investimento</b>	<b>165.543</b>	<b>140.110</b>	<b>18,15</b>
Títulos públicos	5.397	9.293	-41,92
Créditos privados e depósitos	21.541	5.832	269,35
Ações	32.186	25.565	25,89
Fundos de investimento	97.424	91.211	6,81
Empréstimos	8.995	8.209	9,57
<b>Obrigações</b>	<b>164</b>	<b>159</b>	<b>3,14</b>
Operacional	164	159	3,14
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>379</b>	<b>343</b>	<b>10,49</b>
Fundos administrativos	18	343	-94,75
Fundos dos investimentos	361	343	5,24
<b>Ativo líquido</b>	<b>165.020</b>	<b>139.608</b>	<b>18,20</b>
Provisões matemáticas	162.331	139.608	16,27
Fundos previdenciais	2.689	0	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do ativo líquido - Plano CD CERON

Em R\$ mil

	2011	2010	Varição (%)
<b>Ativos</b>	<b>1.932</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Disponível	2	0	100
Recebível	96	0	100
<b>Investimento</b>	<b>1.834</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Títulos públicos	88	0	100
Créditos privados e depósitos	354	0	100
Fundos de investimento	1.392	0	100
<b>Obrigações</b>	<b>56</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Operacional	56	0	100
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>96</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Fundos administrativos	96	0	100
<b>Ativo líquido</b>	<b>1.780</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Provisões Matemáticas	1.699	0	100
Fundos Previdenciais	81	0	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do ativo líquido - Plano CV EPE Em R\$ mil

	2011	2010	Variação (%)
<b>Ativos</b>	<b>15.531</b>	<b>9.288</b>	<b>67,21</b>
Disponível	2	0	100
Recebível	9	0	100
<b>Investimento</b>	<b>15.520</b>	<b>9.288</b>	<b>67,09</b>
Títulos públicos	669	855	-21,75
Créditos privados e depósitos	2.668	537	396,83
Ações	1.108	0	100
Fundos de investimento	11.075	7.896	40,26
<b>Obrigações</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>-100</b>
Operacional	0	14	-100
<b>Fundos não previdenciais</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>100</b>
Fundos administrativos	9	0	100
<b>Ativo líquido</b>	<b>15.522</b>	<b>9.274</b>	<b>67,37</b>
Provisões matemáticas	14.725	9.274	58,77
Fundos previdenciais	797	0	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio social - Consolidado Em R\$ mil

	2011	2010
<b>A - Patrimônio social – Início do exercício</b>	<b>2.744.090</b>	<b>2.381.073</b>
<b>1 - Adições</b>	<b>456.309</b>	<b>588.128</b>
Contribuições previdenciais	94.206	194.732
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	309.659	343.398
Reversão de contingências – Gestão previdencial	0	1.735
Receitas administrativas	27.232	24.176
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	6.796	5.393
Constituição de fundos de investimentos	251	2.075
Receitas assistenciais	18.165	16.619
<b>2 - Destinações</b>	<b>-231.307</b>	<b>-225.111</b>
Benefícios	-178.046	-179.077
Constituição de contingências – Gestão previdencial	-3.954	0
Despesas administrativas	-30.817	-26.043
Constituição de contingências – Gestão administrativa	-1.962	-1.799
Despesas assistenciais	-16.528	-18.192
<b>3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>225.002</b>	<b>363.017</b>
Provisões matemáticas	84.613	373.375
Superavit/deficit técnico do exercício	107.115	-12.588
Fundos previdenciais	30.137	0
Fundos administrativos	1.249	1.727
Fundos dos investimentos	251	2.076
Gestão assistencial	1.637	-1.573
<b>4 - Operações transitórias</b>		
Operações transitórias		
<b>B - Patrimônio social - Final do exercício (A+3+4)</b>	<b>2.969.092</b>	<b>2.744.090</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do ativo líquido - Plano BD Eletrobrás

Em R\$ mil

	2011	2010
<b>A - Ativo líquido – Início do exercício</b>	<b>1.698.343</b>	<b>1.560.852</b>
<b>1 - Adições</b>	<b>244.637</b>	<b>291.715</b>
Contribuições	30.991	33.866
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	213.646	256.114
Reversão de contingências – Gestão previdencial	0	1.735
<b>2 - Destinações</b>	<b>-160.664</b>	<b>-154.224</b>
Benefícios	-156.011	-153.411
Constituição de contingências – Gestão previdencial	-3.954	0
Custeio administrativo	-699	-813
<b>3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>83.973</b>	<b>137.491</b>
Provisões matemáticas	-23.142	150.079
Superavit/deficit técnico do exercício	107.115	-12.588
<b>B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)</b>	<b>1.782.316</b>	<b>1.698.343</b>
<b>C - Fundos não previdenciais</b>	<b>49.714</b>	<b>48.568</b>
Fundos administrativos	44.001	42.532
Fundos dos investimentos	5.713	6.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Demonstrações das Mutações do ativo líquido - Plano CD ONS

Em R\$ mil

	2011	2010
<b>A - Ativo líquido – Início do exercício</b>	<b>139.608</b>	<b>110.022</b>
<b>1 - Adições</b>	<b>29.861</b>	<b>33.075</b>
Contribuições previdenciais	21.741	22.438
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	8.120	10.637
<b>2 - Destinações</b>	<b>-4.449</b>	<b>-3.489</b>
Benefícios	-3.828	-2.941
Custeio administrativo	-621	-548
<b>3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>25.412</b>	<b>29.586</b>
Provisões matemáticas	22.723	29.586
Fundos previdenciais	2.689	
<b>B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)</b>	<b>165.020</b>	<b>139.608</b>
<b>C - Fundos não previdenciais</b>	<b>379</b>	<b>0</b>
Fundos administrativos	18	0
Fundos dos investimentos	361	343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do ativo líquido - Plano CV EPE

Em R\$ mil

	2011	2010
<b>A - Ativo líquido – Início do exercício</b>	<b>9.274</b>	<b>1.078</b>
<b>1 - Adições</b>	<b>6.605</b>	<b>8.472</b>
Contribuições previdenciais	5.261	7.823
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	1.344	649
<b>2 - Destinações</b>	<b>-357</b>	<b>-276</b>
Benefícios	-199	-96
Custeio administrativo	-158	-180
<b>3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>6.248</b>	<b>8.196</b>
Provisões matemáticas	5.452	8.196
Fundos previdenciais	796	0
<b>B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)</b>	<b>15.522</b>	<b>9.274</b>
<b>C - Fundos não previdenciais</b>	<b>9</b>	<b>0</b>
Fundos administrativos	9	0

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do ativo líquido - Plano CD CERON

Em R\$ mil

	2011	2010
A - Ativo líquido – Início do exercício	0	-
1 - Adições	2.023	-
Contribuições previdenciais	1.990	-
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	33	-
2 - Destinações	-243	-
Benefícios	-164	-
Custeio administrativo	-79	-
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	1.780	-
Provisões matemáticas	1.699	-
Fundos previdenciais	81	-
B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)	1.780	-
C - Fundos não previdenciais	96	-
Fundos administrativos	96	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano BD ELETROBRÁS

Em R\$ milhares de Reais

	2011	2010	Variação %
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	1.782.316	1.698.343	4,94
1 - Provisões matemáticas	1.782.316	1.805.458	(1,28)
1.1 - Benefícios concedidos	1.628.226	1.542.969	5,53
Benefício definido	1.628.226	1.542.969	5,53
1.2. Benefício a conceder	273.175	268.203	1,85
Benefício definido	273.175	268.203	1,85
1.3 - (-) Provisões matemáticas a constituir	(119.085)	(5.714)	1.984,09
(-) Serviço passado	(88.905)	(5.714)	1.455,92
(-) Patrocinador(es)	(88.905)	(5.714)	1.455,92
(-) Déficit equacionado	(30.180)	-	100,00
(-) Patrocinador(es)	(15.090)	-	100,00
(-) Participantes	(11.819)	-	100,00
(-) Assistidos	(3.271)	-	100,00
2 - Equilíbrio técnico	-	(107.115)	(100,00)
2.1 - Resultados realizados	-	(107.115)	(100,00)
(-) Deficit técnico acumulado	-	(107.115)	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD ELETROBRAS

Em R\$ milhares de Reais

	2011	2010	Variação %
Patrimônio de cobertura do plano	907.000	829.119	9,39
1. Provisões matemáticas	907.000	829.119	9,39
1.1. Benefícios concedidos	250.512	239.753	4,49
Contribuição definida	137.696	128.856	6,86
Benefício definido	112.816	110.897	1,73
1.2. Benefício a conceder	669.270	600.189	11,51
Contribuição definida	515.389	455.515	13,14
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	374.549	337.225	11,07
Saldo de contas - Parcela participantes	140.840	118.290	19,06
Benefício definido	153.881	144.674	6,36
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(12.782)	(10.823)	18,10
(-) Serviço passado	(12.782)	(10.823)	18,10
(-) Patrocinador(es)	(12.782)	(10.823)	18,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD CERON

Em R\$ milhares de Reais

	2011	2010	Variação %
Patrimônio de cobertura do plano	1.699	-	100,00
1 - Provisões matemáticas	1.699	-	100,00
1.1 - Benefício a conceder	1.699	-	100,00
Contribuição Definida	1.699	-	100,00
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	847	-	100,00
Saldo de contas - Parcela participantes	852	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) CD ONS

Em R\$ milhares de Reais

	2011	2010	Varição %
Patrimônio de cobertura do plano	162.331	139.608	16,28
1 - Provisões matemáticas	162.331	139.608	16,28
1.1 - Benefícios concedidos	10.768	8.297	29,78
Contribuição definida	7.961	7.127	11,70
Benefício definido	2.807	1.170	139,91
1.2 - Benefício a conceder	151.563	131.311	15,42
Contribuição definida	151.563	131.311	15,42
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	67.912	59.301	14,52
Saldo de contas - Parcela participantes	83.651	72.010	16,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CV EPE

Em R\$ milhares de Reais

	2011	2010	Varição %
Patrimônio de cobertura do plano	14.725	9.274	58,78
1 - Provisões matemáticas	14.725	9.274	58,78
1.1 - Benefício a conceder	14.725	9.274	58,78
Contribuição definida	14.725	9.274	58,78
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	6.961	4.587	51,75
Saldo de contas - Parcela participantes	7.764	4.687	65,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada) - DPGA Em R\$ milhares de Reais

	2011	2010	Variação %
A - Fundo administrativo do exercício anterior	62.064	60.337	2,86
1 - Custeio da gestão administrativa	34.028	29.569	15,08
1.1.- Receitas	34.028	29.569	15,08
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.670	2.600	2,69
Custeio administrativo dos investimentos	13.627	12.506	8,96
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	163	186	(12,37)
Resultado positivo dos investimentos	6.796	5.393	26,02
Reembolso da gestão assistencial	6.075	5.236	16,02
Outras receitas	4.697	3.648	28,76
2 - Despesas administrativas	32.779	27.842	17,73
2.1 - Administração previdencial	14.724	11.240	31,00
Pessoal e encargos	8.597	6.827	25,93
Treinamentos/congressos e seminários	102	89	14,61
Viagens e estadias	62	59	5,08
Serviços de terceiros	2.123	1.699	24,96
Despesas gerais	1.085	821	32,16
Depreciações e amortizações	451	328	37,50
Contingências	1.572	1.417	10,94
Outras despesas	732	-	100,00
2.2 - Administração dos investimentos	11.017	10.570	4,23
Pessoal e encargos	7.780	7.414	4,94
Treinamentos/congressos e seminários	92	96	(4,17)
Viagens e estadias	56	64	(12,50)
Serviços de terceiros	1.873	1.748	7,15
Despesas gerais	808	892	(9,42)
Depreciações e amortizações	408	356	14,61
2.3 - Administração assistencial	6.075	5.236	16,02
2.4 - Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
2.5 - Outras despesas	963	796	20,98
3 - Resultado negativo dos investimentos	-	-	0,00
4 - Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	1.249	1.727	(27,68)
5 - Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	1.249	1.727	(27,68)
6 - Operações transitórias	-	-	0,00
B - Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	63.313	62.064	2,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras - Eletros

Aos

Diretores, Conselheiros, Participantes e às Patrocinadoras da

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasilei-

ras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS e individual por plano de benefícios



em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de março de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

#### **Ajustes retrospectivos e reclassificações**

Como parte dos nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2, os quais foram

efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2010, e são decorrentes da reversão do saldo referente ao contas a receber apresentado na rubrica de Outros realizáveis do grupo de Investimentos, proveniente da ação judicial transitada em julgado sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. Adicionalmente, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos dos investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na mesma nota explicativa nº 2. Em nossa opinião, tais ajustes e variações estão apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2012

#### **KPMG Auditores Independentes**

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

**José Luiz de Souza Gurgel**

Contador CRC 1RJ087339/O-4

# Fundação Eletrobrás de Seguridade Social

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais

### 1 - Contexto Operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS)

e consistem hoje na administração de cinco planos de benefícios, como seguem:

- Plano BD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.
- Plano CD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.
- Plano CD ONS - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC/DETEC nº 3.268, de 7 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 8 de janeiro de 2010.
- Plano CV EPE - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, com regulamento vigente aprovado por meio

da Portaria nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.

- Plano CD CERON - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.

## 2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Social - CGPC, extinto, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que sucedeu o CGPC, pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, extinta, e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, que sucedeu a SPC.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em vigor a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades de previdência complementar, revogando as Resoluções CGPC nº 28 e CNPC nº 01.

Em 1º de janeiro de 2010, entrou em vigor a Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do CGPC, complementada e alterada pela Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC, e alterada pela Resolução nº 1 do CNPC em 3 de março de 2011. Em 22 de janeiro de 2010, foi emitida a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, aprovando a NBC TE 11, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e observados os investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde - ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais consolidados da Gestão assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão assistencial consolidada.

A Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, estabeleceu, a partir do exercício de 2010, nova planificação contábil e modelos das demonstrações, bem como instituiu alterações nas normas gerais dos procedimentos contábeis. A Resolução CNPC nº 01 alterou os anexos B e C da Resolução CGPC nº 28 com aplicação retroativa ao exercício de 2010.

Por meio da Resolução nº 08, o CNPC efetuou a substituição da Demonstração das Mutações do Ativo Líquido - DMAL consolidada pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - DMPS. A conciliação dos saldos da DMAL e DMPS relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	Saldo originalmente apresentado na DMAL	Ajustes/ Reclassificações	Saldo reapresentado na DMPs
Ativo Líquido no início do exercício / Patrimônio Social	2.315.557	65.516	2.381.073
<b>Acréscimo no Patrimônio Social</b>			
Fundos administrativos	62.064	(60.337)	1.727
Fundos dos investimentos	7.255	(5.179)	2.076

Os saldos apresentados na DMPs relativos aos fundos administrativos e dos investimentos, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 1.727 e R\$ 2.076, respectivamente, foram obtidos da variação das respectivas contas apresentadas nos balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, estabelecido pela Resolução Normativa nº 247 e pela Instrução Normativa nº 46, ambas de 25 de fevereiro de 2011, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas.

Por determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através do Ofício nº 4648/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011, realizamos a reversão do lançamento contábil de R\$ 77.171 mil, efetuado em 2010 em "Outros Realizáveis" de Investimentos. Esse valor foi registrado, tendo em vista o trânsito em julgado da Ação Ordinária promovida pela ABRAPP em favor de suas associadas, cujo objeto era o reconhecimento do direito ao ressarcimento dos expurgos inflacioná-

rios ocorridos nas aplicações em OFND, (processo nº 91.0123902-3).

A decisão da PREVIC baseou-se na manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC nota nº 110/2011/CGRJ/PF/PREVIC de 5 de setembro de 2011, de que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e à forma de pagamento pela União Federal, a ação em questão não pode ser reconhecida e registrada como ativo, pois ainda não preenche os requisitos previstos na NBC TG 25, apesar do trânsito em julgado da sentença que reconhece o direito ao ressarcimento.

Também por determinação da PREVIC, os dados de 2010 estão reapresentados nos Demonstrativos Contábeis desconsiderando a contabilização do reconhecimento dos expurgos das aplicações em OFND, conforme preconiza o art. 42 da NBC TG 23 do Conselho Federal de Contabilidade, que define o tratamento contábil e a forma de divulgação de mudança nas políticas contábeis, mudança de estimativas contábeis e retificação de erro.

Abaixo discriminamos as rubricas que sofreram alterações:

### No balanço patrimonial

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Investimentos	2.715.890	2.793.061	(77.171)
Déficit técnico acumulado	(107.115)	(29.944)	(77.171)

### No demonstrativo da mutação do patrimônio social

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	343.398	420.569	(77.171)
Superávit/déficit técnico do exercício	(12.588)	64.583	(77.171)

### No demonstrativo do ativo líquido do Plano BD

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Investimentos	1.683.015	1.760.186	(77.171)
Déficit técnico	(107.115)	(29.944)	(77.171)

### Demonstrativo da mutação do ativo líquido do Plano BD

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	256.114	333.285	(77.171)
Superávit/déficit técnico do exercício	(12.588)	64.583	(77.171)

### 3 - Resumo das principais práticas contábeis

#### a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

#### b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência, e as contribuições do Plano CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa.

##### • Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,08% a 24,48%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,5% a 9%, consoante as faixas de benefícios.

##### • Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,5% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até 10 (dez) Unidades Reajustáveis do Plano – URP; e 15% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

##### • Plano de Contribuição Definida – CD ONS

Há duas formas de contribuições básicas para o Plano CD ONS:

Em uma alternativa, as contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 2% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do SRB (Salário de Referência Básico); e 10% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A segunda alternativa de contribuição corresponde à opção de aplicação de percentual mínimo de 2% incidente sobre a remuneração, não sendo superior a 6% da mesma.

O SRB (Salário de Referência Básico) corresponde ao valor do Teto de Contribuição da Previdência Social - TCPS, em fevereiro de 2009, atualizado anualmente, a partir de 2010, utilizando-se o mesmo índice de reajuste salarial anual definido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado pela patrocinadora, que ocorre em setembro.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante em ambos os casos.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em 40% paga pelo participante e 60% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.

##### • Plano de Contribuição Variável – CV EPE

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumu-

lativamente; correspondem a 3% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social; e 11% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

- **Plano de Contribuição Definida – CD CERON**

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social; e 13% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

### **c. Provisão para perdas na realização de créditos**

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

### **d. Investimentos**

- **Renda fixa e renda variável**

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado (Nota Explicativa nº 5).

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas.

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

- **Investimentos imobiliários**

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- **Operações com participantes**

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (c).

#### **e. Imobilizado e intangível**

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo dos bens que constituem o Ativo Imobilizado e Intangível às seguintes taxas:

**Móveis e utensílios** - 10% (dez por cento)

**Máquinas e equipamentos de uso** - 10% (dez por cento)

**Biblioteca** - 10% (dez por cento)

**Computadores e periféricos – “Hardware”** - 20% (vinte por cento)

**Direito de uso de software** - 20% (vinte por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

#### **f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos**

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salários, são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

#### **g. Exigível contingencial**

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Eletros. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial do plano.

#### **h. Provisões Matemáticas**

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

#### **i. Estimativas Atuariais e Contábeis**

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados.

Nas demonstrações contábeis, os itens significativos sujeito às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelos planos, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

#### **j. Receitas administrativas**

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas adminis-



trativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão assistencial são equivalentes às despesas administrativas apuradas.

#### k. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC 34, de 24 de setembro de 2009, o Plano de Gestão Administrativa – PGA centraliza os registros das operações Administrativas da Eletros, sendo segregado pelas Gestão Previdencial, Gestão Assistencial e Gestão de Investimentos, e por planos de benefícios.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e outras receitas) e reembolsos (assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

## 4 - Gestão previdencial - Realizável

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a gestão previ-

dencial pode ser assim resumida:

	2011	2010
Contribuições do mês	1.219	1.121
Contribuições contratadas	18.738	19.162
Outros recursos a receber	3.872	4.595
Outros realizáveis	21.058	15.906
Depósitos judiciais/recursais	15.764	12.896
	60.651	53.680

#### Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

#### Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes ao plano de benefício definido e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim demonstradas:

Contratos firmados com o CEPEL:	Encargos	2011	2010
CF-015/06 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.663	2.705
CF-016-A/06 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.663	2.737
CF-017/A/06 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	11.746	12.070
CF-018/10 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 5,5% a.a.	1.666	1.650
		18.738	19.162

**Garantias:**

(a) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

\* INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

**Outros recursos a receber**

Referem-se a valores a receber relativos aos contratos firmados com os participantes das patrocinadoras Eletrobras, Cepel e Eletros, decorrentes do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC). As diferenças

de contribuições devidas foram apuradas entre a remuneração recebida pelo participante e o limite vigente, retroativas a 36 (trinta e seis) meses, conforme firmado pelo participante no “Termo de Opção pelo Desbloqueio do SRC no Plano BD Eletrobrás”, de acordo com o que faculta o art. 15 do regulamento do Plano fechado BD Eletrobrás.

Esses valores são atualizados pela variação da URE (unidade de referência da Eletros), com juros de 0,5% ao mês, acrescidos de 0,16% ao mês referente à taxa prestamista, a qual visa garantir a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez.

Os recursos a receber até 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser resumidos como segue:

Participantes	Plano de benefícios	2011	2010
ELETROBRAS	CD	2.234	2.753
CEPEL	CD	1.490	1.672
ELETROS	CD	148	170
		<b>3.872</b>	<b>4.595</b>

**Outros realizáveis**

Representam, basicamente, os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou

a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o consequente reflexo nas provisões matemáticas.

**Depósitos judiciais/recursais**

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências previdenciais.

## 5 - Investimentos - Realizável

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de investimentos apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
<b>Títulos públicos</b>	<b>748.361</b>	<b>731.942</b>
Notas do Tesouro Nacional	748.361	731.942
<b>Créditos privados e depósitos</b>	<b>358.102</b>	<b>248.767</b>
Letras hipotecárias	153.535	150.002
Caderneta de poupança	18	17
Letras financeiras	183.959	78.106
Debêntures	20.590	20.642
<b>Ações</b>	<b>364.898</b>	<b>296.073</b>
Instituições Financeiras	96.740	68.275
Companhias Abertas (*)	268.158	227.798
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>1.109.306</b>	<b>1.200.210</b>
Renda fixa	933.842	1.097.025
Ações	114.968	62.223
Multimercado	45.482	40.962
Direitos creditórios	15.014	-
<b>Investimentos imobiliários</b>		
Aluguéis e renda	215.910	104.588
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Empréstimos	132.005	125.474
<b>Depósitos judiciais/recursais</b>		
Depósitos judiciais	9.461	8.836
	<b>2.938.043</b>	<b>2.715.890</b>

(\*) Inclui provisão para perda de R\$2.382 mil (R\$2.575 mil em 2010) visando a demonstrar, de forma conservadora, o real valor econômico dos investimentos em ações da GTD Participações S.A.. A adoção deste procedimento leva em consideração o fato de que, devido à baixa liquidez da ação, a utilização do valor da última negociação na bolsa de valores não reflete de forma satisfatória o seu real valor econômico.

**Renda fixa**

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002:

	Prazo de vencimento						Total
	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720	
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	748.361	748.361
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	748.361	748.361
Créditos Privados e Depósitos	18	-	-	-	-	358.084	358.102
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	153.535	153.535
Caderneta de Poupança	18	-	-	-	-	-	18
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	183.959	183.959
Debêntures	-	-	-	-	-	20.590	20.590
Fundos de Investimentos	402.772	20.653	-	93.890	189.300	287.723	994.338
	402.790	20.653	-	93.890	189.300	1.394.168	2.100.801

Fundamentada no conservadorismo, a Eletros mantém provisão de R\$ 2.385 mil (R\$ 2.117 mil em 2010) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

## Investimentos imobiliários

Localização	Última reavaliação	Valor contábil	
		2011	2010
<b>Uso próprio:</b>			
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro de 2011	8.180	3.000
		8.180	3.000
<b>Locados às patrocinadoras:</b>			
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro de 2011	58.128	37.620
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro de 2011	67.200	24.720
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro de 2011	10.356	4.720
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro de 2011	6.200	1.651
		141.884	68.711
<b>Locados a terceiros:</b>			
Avenida Rio Branco nº 81 - 17º e 18º andares - RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2011	-	2.360
Avenida Rio Branco nº 81 - 20º andar - RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2011	-	1.180
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro de 2011	63.770	27.910
		63.770	31.450
		213.834	103.161
<b>Valores a receber</b>		2.076	1.427
		215.910	104.588

Em atendimento a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, nos exercícios de 2011 e 2010 procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários conforme laudos técnicos emitidos pelas empresas Analítica – Engenharia de Avaliações e a Câmara de Consultores Associados Ltda. respectivamente. A metodologia aplicada para avaliação dos imóveis utilizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. foi o método comparativo de dados de mercado com regressão múltipla, utilizando o software INFER-v3. O resultado positivo das re-

avaliações realizada em 2011 e 2010 possibilitou um acréscimo patrimonial no montante líquido de R\$ 116.136 mil em 2011 (R\$ 30.759 mil em 2010), registrado no fluxo dos investimentos.

No mês de outubro de 2011, a Eletros efetuou a venda do 20º andar do Edifício Mercantil de São Paulo. Em novembro de 2011, foram vendidos os andares 17º e 18º, também do Edifício Mercantil de São Paulo. O resultado da venda dos andares resultou em um ganho de R\$ 3.262 mil.

## 6 - Gestão assistencial – Realizável

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder o desdobramento analítico das contas relativas à gestão assistencial de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

## 7 - Gestão previdencial - Exigível operacional

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

	2011	2010
<b>Benefícios a pagar</b>	207	52
<b>IRRF a recolher</b>	3.250	3.075
<b>Retenções a recolher</b>	40	1.363
<b>Outras exigibilidades</b>	152	266
	<b>3.649</b>	<b>4.756</b>

## 8 - Exigível contingencial

Registra as provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências previdenciais, fiscais e trabalhistas apresentando a seguinte composição:

	2011	2010
<b>Gestão previdencial: Provisão constituída</b>	19.527	15.955
<b>Gestão administrativa: Provisão constituída</b>	4.336	2.446
<b>Investimentos: Provisão constituída</b>	9.461	8.836
	<b>33.324</b>	<b>27.237</b>

Conforme estabelecido pela Instrução PREVIC nº 05, de 8 de setembro de 2011, a Administração passou a classificar os saldos de depósitos judiciais em contas de ativo no realizável. Alguns valores do balanço patrimonial, demonstrações dos ativos líquidos do plano Básico de Benefícios relativos ao exercício anterior foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações financeiras do exercício atual, facilitando a comparabilidade. Apresentamos no quadro abaixo os saldos de 31 de dezembro de 2010 e as reclassificações realizadas:

Grupos	31/12/10 Apresentado	Reclassificação	31/12/10 Reclassificado
<b>Passivo - Exigível contingencial</b>			
Gestão previdencial -	3.059	12.896	15.955
Gestão administrativa	173	2.273	2.446
Investimentos	-	8.836	8.836
	3.232	24.005	27.237
<b>Ativo - Realizável</b>			
Gestão previdencial	40.784	12.896	53.680
Gestão administrativa	7.651	2.273	9.924
Investimentos	2.707.054	8.836	2.715.890
	2.755.489	24.005	2.779.494

- **Contingências da Gestão previdencial**

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas a processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros, inclusive os processos judiciais que envolvem as demandas relativas ao Adicional de Aposentadoria no montante de R\$ 3.409 mil.

- **Contingências da Gestão administrativa**

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias.

- **Contingências de investimentos**

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, PIS e COFINS.

- **Contingências de investimentos**

A Fundação, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP, requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs. Decorridos dois anos da decisão, a Fundação constituiu um contas a receber no montante de R\$ 77.171, com base em laudo técnico elaborado por consultoria especializada. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, este contas a receber foi revertido em 2011, por determinação da PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP ingressou no processo com uma petição de execução contemplando memória discriminada e atualizada de cálculo do débito principal e requerendo a citação do devedor FND para concordar com os cálculos ou opor embargos. Até esta data não havia manifestação por parte do devedor quanto aos valores constantes da petição.

## 9 - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos executados pelos atuários responsáveis pelos planos, de acordo com os seus pareceres dos Planos CD ONS , CD Eletrobrás, CV EPE, CD CERON e do Plano BD Eletrobrás e apresentam-se divididas como a seguir:

### • Benefícios concedidos

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados.

### • Benefícios a conceder

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber.

### • Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras.

### • Provisões matemáticas a constituir/(-) Deficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a deficit equacionado das patrocinadoras, participantes e assistidos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

	2011	2010
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>1.889.505</b>	<b>1.791.020</b>
Contribuição definida	145.656	135.983
Benefício definido	1.743.849	1.655.037
<b>Benefício a conceder</b>	<b>1.110.432</b>	<b>1.008.976</b>
Contribuição definida	683.376	596.099
Benefício definido	427.056	412.877
<b>(-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(131.866)</b>	<b>(16.537)</b>
(-) Serviço passado	(101.686)	(16.537)
(-) Deficit equacionado	(30.180)	-
	<b>2.868.071</b>	<b>2.783.459</b>



### Provisões matemáticas à constituir – Serviço passado

Em 31 de dezembro 2011 e 2010, as provisões matemáticas a constituir podem ser assim resumidas:

	2011	2010
Patrocinadora Eletrobras	84.405	-
Operações não contratadas	17.281	16.537
	<b>101.686</b>	<b>16.537</b>

#### Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

#### Operações não contratadas

Composição do grupo Operações não Contratadas em 31 de dezembro:

	2011	2010
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	153	181
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	17.128	16.356
	<b>17.281</b>	<b>16.537</b>

#### • Aporte de reservas do desbloqueio do SRC

Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletros referentes a aportes de reservas originárias do

desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes, empregados da Eletros, que optaram pela migração ao Plano Previdenciário de Contribuição Definida até junho de 2008.

Em 2010, as patrocinadoras Eletrobras e Cepel efetuaram integralmente o pagamento dos valores provisionados.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, a dívida da patrocinadora Eletros teve o seguinte tratamento:

- (a) A parcela correspondente à provisão matemática do SRC foi quitada em 2010;
- (b) O participante da Eletros teve a opção de parcelar o pagamento das contribuições devidas decorrentes do desbloqueio do SRC; e
- (c) A patrocinadora Eletros vem contribuindo paritariamente com o participante.

#### • Aporte de reservas de aposentadorias especiais

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais. Essas contribuições estão compostas como segue:

Patrocinadoras	Plano de benefícios	2011	2010
ELETROBRAS	BD	4.054	5.315
ELETROBRAS	CD	258	110
CEPEL	BD	447	400
CEPEL	CD	12.369	10.531
		<b>17.128</b>	<b>16.356</b>

## Provisões Matemáticas à Constituir – Deficit Equacionado

Déficit Técnico do Plano BD Eletrobrás no montante de R\$ 30.181 mil, equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, e participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial.

## Premissas atuariais por plano de benefícios

## PLANO BD ELETROBRÁS

Taxa real anual de Juros	5,5% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	0,00 a.a.
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	3% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0% a.a.
Capacidade Salarial	100%
Capacidade de Benefício	97%
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB 57
Tábua Sobrevivência de Inválidos	IAPB 57
Tábua de Expectativa de Sobrevida	Ambos os Sexos 2010 – IBGE 2011
Hipótese sobre Composição Familiar	Experiência ELETROS – Ajustada (*)

(\*) Calculamos o limite superior, considerando-se que todos os titulares, participantes ativos e assistidos tivessem beneficiários, com direito a recebimento calculado por renda perpétua e ajustamos os valores dos encargos axH(12), em níveis superiores aos da experiência observada, e inferiores ao limite calculado. Obtendo, após ajustamento, valores majorados aos observados.

## PLANO CD ELETROBRÁS

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

OBS 1: No BPDS o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pela variação das cotas do plano do perfil de investimentos.

OBS 2: Taxa de juros de 5,5% para o cálculo do passivo atuarial do BPDS.

OBS 3: relativamente ao benefício do BPDS, os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmo reconhecidos pela Previdência Oficial.

## PLANO CD ONS

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

## PLANO CV EPE

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

## PLANO CD CERON

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

OBS.: INDEXADOR ECONÔMICO: INPC DIVULGADO PELO IBGE, APLICADO COM 1 (UM) MÊS DE DEFASAGEM.

## 10 - Fundos

### Fundos previdenciais

São constituídos de acordo com a nota técnica atuarial de cada plano de benefício previdencial e podem ser assim resumidos:

	2011	2010
Fundo de risco	29.820	-
Fundo de restituição	318	-
	30.138	-

### • Fundo de Risco

Representa o somatório dos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte e invalidez permanente total, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. O saldo do fundo de risco está composto como segue:

	2011	2010
Plano CD Eletrobrás	26.535	-
Plano CD ONS	2.585	-
Plano CV EPE	622	-
Plano CD CERON	78	-
	<b>29.820</b>	<b>-</b>

### • Fundo de restituição

Representa o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos.

#### Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA em 2011, no valor de R\$ 6.796 mil, foram usados no custeio R\$ 5.547 mil, o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro de 2011 a

R\$ 63.313 mil (R\$ 62.064 mil em 2010).

As despesas Administrativas da Eletros no exercício de 2011 e 2010 foram rateadas a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo médio de cada área.

#### Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 7.506 (R\$ 7.255 mil em 2010).

## 11 - Detalhamento dos saldos das rubricas contábeis com a denominação "outros"

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros(as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

#### Gestão Previdencial - Realizável

	2011	2010
<b>Outros recursos a receber</b>		
Contribuições Contratadas participantes	3.872	4.595
	<b>3.872</b>	<b>4.595</b>
<b>Outros realizáveis</b>		
Valores a receber das patrocinadoras	20.966	15.823
Outros valores a receber	91	84
	<b>21.057</b>	<b>15.907</b>
	<b>24.929</b>	<b>20.502</b>

### Gestão Administrativa - Realizável

	2011	2010
<b>Outros realizáveis</b>		
Convênio de interveniência com o INSS	5.291	5.291
Valores a receber referente ao seguro plasas	404	404
Outros valores a receber	360	360
	<b>6.055</b>	<b>6.055</b>

	2011	2010
<b>Outros recursos a receber</b>		
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	1.070	573
Outros valores a receber	187	5
	<b>1.257</b>	<b>578</b>
<b>Outros realizáveis</b>		
Convênio de interveniência com o INSS	3.786	5.291
Valores a receber dos assistidos	947	-
Valores a receber referente ao seguro plasas	155	404
Outros valores a receber	1	360
	<b>4.899</b>	<b>6.055</b>
	<b>6.146</b>	<b>6.633</b>

### Gestão Administrativa – Exigível

	2011	2010
<b>Outros realizáveis</b>		
Valores referentes a seguros a pagar	681	555
Valores referentes a convênios com as patrocinadoras	230	276
Outros	20	93
	<b>931</b>	<b>924</b>

## 12 - Apresentação dos Efeitos das Consolidações

### Consolidação de Balancetes - 31/12/11

Grupo de Contas	Plano BD	Plano CD	PGA	Plano CV/EPE	Plano CD ONS	Plano CD CERON	Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
							Débito	Crédito	
Disponível	2	4	631	2	2	2	-	-	643
Realizável	1.862.771	955.901	70.973	15.530	165.562	1.930	-	63.313	3.009.354
Gestão Previdencial	56.768	3.882	-	-	-	-	-	-	60.650
Gestão Administrativa	44.001	19.189	10.660	9	18	96	-	63.313	10.660
Investimentos	1.762.002	932.830	60.313	15.521	165.544	1.834	-	-	2.938.044
Permanente	-	-	3.357	-	-	-	-	-	3.357
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	14.794
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.862.773</b>	<b>955.905</b>	<b>74.961</b>	<b>15.532</b>	<b>165.564</b>	<b>1.932</b>	<b>-</b>	<b>63.313</b>	<b>3.028.148</b>
Exigível Operacional	2.936	533	7.312	-	164	57	-	-	11.002
Gestão Previdencial	2.908	521	-	-	163	57	-	-	3.649
Gestão Administrativa	-	-	7.311	-	-	-	-	-	7.311
Investimentos	28	12	1	-	1	-	-	-	42
Exigível Contingencial	27.808	1.180	4.336	-	-	-	-	-	33.324
Gestão Previdencial	19.527	-	-	-	-	-	-	-	19.527
Gestão Administrativa	-	-	4.336	-	-	-	-	-	4.336
Investimentos	8.281	1.180	-	-	-	-	-	-	9.461
Patrimônio Social	1.832.029	954.192	63.313	15.532	165.400	1.875	63.313	-	2.969.028
Patrimônio de Cobertura	1.782.316	907.000	-	14.725	162.331	1.699	-	-	2.868.071
Fundos	49.713	47.192	63.313	807	3.069	176	63.313	-	100.957
Previdenciais	-	26.571	-	798	2.689	80	-	-	30.138
Administrativos	44.001	19.189	63.313	9	18	96	63.313	-	63.313
Investimentos	5.712	1.432	-	-	362	-	-	-	7.506
<b>Gestão Assistencial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.794</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.862.773</b>	<b>955.905</b>	<b>74.961</b>	<b>15.532</b>	<b>165.564</b>	<b>1.932</b>	<b>63.313</b>	<b>-</b>	<b>3.028.148</b>

## 13 - Ações judiciais - Tributárias

A ELETROS, adicionalmente ao mencionado na Nota Explicativa nº 8, iniciou diversos processos judiciais que visam à recuperação de valores que reduziram seus ativos pela edição de planos de estabilização econômica e por mudanças na legislação que contemplava as entidades fechadas de previdência complementar com a imunidade tributária (Lei nº 6.435/77).

## 14 - Evolução do déficit do Plano BD ELETROBRÁS

Déficit do Plano BD em 31 de dezembro de 2010	(29.944)
Fatores ordinários de influência do resultado de 2011	22.872
Resultado dos investimentos	137.979
Resultado previdenciário	(128.974)
Constituição das Provisões Matemáticas	23.142
Taxa de Administração do Ativo + Sobrecarga administrativa	(9.275)
Deficit parcial	(7.072)
Fatores extraordinários de influência do resultado de 2011	7.072
Estorno do registro dos expurgos inflacionários nas OFND's	(77.171)
Resultado da reavaliação dos imóveis	84.243
Superavit/déficit do Plano BD em 31 de dezembro de 2011	-



## Pareceres

### Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e individuais por Plano de Benefício, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e os Pareceres da KPMG Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais da Eletros e do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nos pareceres atuariais emitidos por S TINO-CO – Consultores Associados em Previdência Complementar Ltda. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS – BD ELETROBRÁS; pelo Atuário Hugo Legis Fernandes Elsenbush sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS – CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sobre o Plano de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética – CV EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CD Ceron; são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da Eletros e do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data, tendo a destacar os fatos relevantes apresentados a seguir:

1) Em 2010, a Eletros efetuou o registro da provisão dos expurgos inflacionários das OFND'S – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, objeto de ação impetrada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em 1991, que teve decisão favorável definida em novembro de 2010 pelo Superior Tribunal de Justiça, cabendo à Eletros R\$ 77.171 mil, conforme Laudo Técnico produzido pelo escritório JCM&B Advogados e Consultores, tendo este Conselho julgado o lançamento contabilmente adequado, visto que seu valor foi apurado de forma conservadora com base em dados documentais;

2) Em 2011, obedecendo determinação da PREVIC a todas as Entidades de Previdência privada, em particular a Eletros, através do ofício nº 4648/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, de 14 de outubro de 2011, foi efetuado o estorno daquele lançamento contábil, fazendo-se constar o fato em Nota Explicativa. Observou-se que a Eletros efetuou o referido estorno de lançamento por se tratar de uma determinação geral da PREVIC, embora tenha efetuado o registro, em 2010, com todo o embasamento legal e obedecendo às Normas Contábeis vigentes;

3) Outro fato que merece destaque é o acordo assinado com as Patrocinadoras sobre o equacionamento permanente do déficit que venha a ser apurado, anualmente, no Plano

BD, que fechou em 2011 com R\$ 114.583 mil (R\$ 29.944 mil em 2010), valor esse influenciado pelo estorno determinado pela PREVIC, acima citado;

4) O aporte de reservas de aposentadorias especiais, que se encontra em processo de cobrança das patrocinadoras, totaliza R\$ 17.128 mil (R\$ 16.356 mil em 2010).

Rio de Janeiro, 19 de março de 2012

**Orsino Borges de Oliveira Filho**

Presidente do Conselho Fiscal da Eletros

Antonio Marques de Jesus

Paulo Sérgio Potis Fernandes

José dos Santos Maia

## Pareceres Atuariais por Plano

# Plano BD Eletrobrás

### RENTABILIDADE DA COTA

#### 2011:

A rentabilidade alcançada no exercício de 2011 totalizou 8,19% sendo inferior à meta atuarial de 11,91% devido à alocação dos recursos apresentados pelo perfil dos investimentos do Plano. Entretanto, tal resultado foi influenciado pelo desempenho atípico do segmento de renda variável, que ocorreu no mercado brasileiro, agravando a necessidade de equacionamento do Plano.

#### 2012:

A rentabilidade da cota em 2012 será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

### PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

#### Evolução dos custos:

A previsão de contribuições normais evoluiu de R\$8.397.712,56 para R\$11.125.459,00, decorrente do aumento real dos Salários-Reais-de-Contribuição, no exercício de 2011, cujo efeito acentua-se pelo cálculo desse acréscimo nas faixas contributivas escalonadas.

#### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas evoluíram de R\$1.805,4 milhões para R\$1.901,4 milhões. As oscilações estão dentro das expectativas, onde foram considerados os cancelamentos no Plano, envelhecimento da

massa, atualização do benefício e do Salário Real de Contribuição, a transformação da condição de não elegível para elegível, as premissas e hipóteses atuariais consideradas.

#### Principais riscos atuariais:

Os riscos mais significativos estão mitigados pela formação das provisões matemáticas individuais, calculadas considerando hipóteses e bases técnicas em níveis conservadores, e da alocação otimizada dos investimentos dos recursos garantidores do Plano.

### PARECER ATUARIAL DO PLANO

#### Qualidade da base cadastral:

Após análise e crítica dos dados cadastrais, consideramos adequadas as informações recebidas.

#### Variação do resultado:

O déficit técnico equacionado evoluiu de R\$7.394.549,64 para R\$30.180.508,25 decorrente da insuficiência da rentabilidade dos investimentos.

#### Natureza do resultado:

A ampliação do déficit técnico foi conjuntural, decorrente da insuficiência dos investimentos.

#### Soluções para equacionamento de déficit:

Estabelecimento de contribuições extraordinárias, revisão do plano de custeio e aplicação de proporcionalidade, por equivalência atuarial, das pensões por

morte concedidas a partir de abril de 2012, quando a substituição de beneficiários, ocorrida a partir de 1º de abril de 2006, agravar o risco do Plano.

### Adequação dos métodos de financiamento:

Consideramos como adequados os métodos adotados.

### Outros fatos relevantes:

A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina.

## Pareceres Atuariais por Plano

# Plano CD Eletrobrás

### RENTABILIDADE DA COTA

#### 2011:

Os recursos previdenciários do Plano referentes aos benefícios de prestação continuada podem ser aplicados em diferentes perfis de investimentos num total de 5 (cinco) perfis. A maior parte deste Patrimônio, por opção dos participantes do Plano encontra-se aplicada no perfil "CD ELETROS", cujo % em renda variável poderia variar de 10% a 35% e 65% a 90% para renda fixa. A rentabilidade da cota deste perfil foi de 9,52%, ficando abaixo da meta atuarial - INPC + 6,00% (12,44% em 2011). O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Eletros. A rentabilidade da cota para este Patrimônio foi de 12,79% e superou a meta atuarial - INPC + 5,50% (11,91% em 2011).

O desempenho dos investimentos em 2011 foi bastante influenciado pelo baixo rendimento do setor de renda variável, que correspondeu, em média a aproximadamente 25% da carteira de investimentos. Em função da existência de diferentes perfis de investimentos do plano, o resultado global dos investimentos foi, em parte determinado pelo apetite ao risco dos participantes. O segmento de Renda Variável, no perfil Eletros, escolhido pela maioria absoluta dos participantes, apresentou um desempenho de -15,17%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Empréstimos aos participantes, e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,66%, 16,33% e 11,04%. Destaca-se a rentabilidade do segmento Imóveis (reavaliados em 2011), que obteve o elevado índice de 149,47%.

#### 2012:

A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

### PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

#### Evolução dos custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais não incluem o custo referente às despesas administrativas estimadas em 0,63% da folha salarial para o próximo exercício. As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 20,09% (10,045% para os participantes e 10,045% para o patrocinador), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 20,93% (10,465% para os participantes e 10,465% para o patrocinador). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais a qualquer momento. Tendo em vista não ter havido no exercício de 2011 a concessão de benefícios não programáveis decorrentes de falecimento de participantes ativos ou entrada em invalidez total permanente, a receita proveniente das contribuições para estes benefícios de risco, acrescidas da rentabilidade auferida no plano sobre o saldo já existente em 31/12/2010, está sendo proposta a redução de 1 (um)

ponto percentual no custeio de risco, aplicado sobre as contribuições básicas mensais de participantes ativos, incluindo os autopatrocinados.

### Variação das provisões matemáticas:

Com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte. Tais benefícios são avaliados pelo Método de Repartição Simples. No último exercício o valor gasto com pagamento de tais benefícios foi nulo.

## PARECER ATUARIAL DO PLANO

### Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2011, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos accertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### Variação do resultado:

Com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### Adequação dos métodos de financiamento:

Informamos que não ocorreram alterações nos Méto-

dos de Financiamento, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

### Outros fatos relevantes:

A tábua de Entrada em Invalidez utilizada é a "LIGHT FRACA". A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina. Até a presente data não houve concessão de renda vitalícia para o "Plano CD Puro", referente à modalidade de benefício calculado em função do número de cotas acumuladas individualmente. A modalidade "Plano CD Puro" é avaliada com base na taxa de juros de 6,00% ao ano enquanto que a modalidade "Plano CD Saldado" é avaliada com base na taxa de juros de 5,5% ao ano. Define-se "Plano CD Puro" como sendo a modalidade de Contribuição Definida clássica, ou seja, composta por participantes e assistidos com seus respectivos saldos individuais acrescido da previsão em Regulamento dos benefícios de risco. Define-se "Plano CD Saldado" como sendo a modalidade de Plano de Benefícios correspondente ao grupo de participantes e assistidos que durante o período de migração para este Plano optaram pelo saldamento de seus benefícios no Plano de origem (Plano BD) e migraram as respectivas reservas para este Plano, na proporção de 50% ou 100% do seu direito acumulado dando origem ao Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS) previsto para ser pago na data provável de aposentadoria no Plano BD considerando a respectiva elegibilidade ao benefício programado. Ressalta-se que os benefícios saldados a conceder deste Plano podem, conforme previsão regulamentar, ter seus valores majorados ou reduzidos em função da postergação ou antecipação do recebimento dos benefícios por opção dos participantes em relação à data inicialmente prevista para pagamento dos mesmos. Como consequência, os valores das Provisões Matemáticas podem sofrer oscilações. Outro fator que poderá implicar na majoração das Provisões Matemáticas são as cobranças relativas às diferenças de Reservas Matemáticas calculadas em função do reconhecimento pela Previdência Social de atividade especial dos participantes migrados para este Plano. As oscilações são refletidas no Fundo de Risco.

## Pareceres Atuariais por Plano

# Plano CERON

### RENTABILIDADE DA COTA

#### 2011:

A rentabilidade da cota do Plano (2,59%) ficou abaixo da meta atuarial de 3,86% (1,86% de INPC no período de setembro a dezembro de 2011 + 1,96% de juros no período de setembro a dezembro de 2011). Observação: As informações esperada/ocorrida são referentes ao período de setembro a dezembro de 2011, visto que o plano foi aberto no final do mês de agosto de 2011.

A variação do INPC superou as expectativas da EFPC. No exercício de 2011 observou-se uma redução mais acentuada da taxa de juros do que a prevista.

#### 2012:

A variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

### PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

#### Evolução dos custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais não incluem o custo referente às despesas administrativas estimadas em 0,62% da folha salarial para o próximo exercício. As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,09% (7,545% para os partici-

pantes e 7,545% para o Patrocinador), enquanto na avaliação atuarial de abertura do Plano o percentual era de 8,80% (4,40% para os participantes e 4,40% para o Patrocinador). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais a qualquer momento. Adicionalmente, informamos que o ingresso de novos participantes também implicará na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

#### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

#### Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte. Tais benefícios são avaliados pelo Método de Repartição Simples. No último exercício o valor total gasto com pagamento de tais benefícios foi de R\$ 417.878,40.

### PARECER ATUARIAL DO PLANO

#### Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2011, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### Variação do resultado:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

### Adequação dos métodos de financiamento:

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento, com relação à avaliação atuarial de abertura do Plano.

### Outros fatos relevantes:

A tábua de Entrada em Invalidez utilizada é a "LIGHT FRACA". A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina. O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em DA, pelo atuário responsável pelo Plano de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Para fins deste exercício, fica estabelecido 1 (um) salário mínimo federal como o referido limite mínimo. O "Valor Médio do Benefício" de Pecúlio por Morte informado na parte de Provisões Matemáticas deste DA se refere ao dispêndio total no exercício. Por se tratar de um pecúlio, este é um benefício cujo pagamento é efetuado uma única vez e não reflete o valor médio mensal pago pelo Plano.



## Pareceres Atuariais por Plano

# Plano EPE

### RENTABILIDADE DA COTA

#### 2011:

A rentabilidade da cota do Plano (11,16%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 6,00% (12,44% em 2011).

O desempenho dos investimentos em 2011 foi bastante influenciado pelo baixo rendimento do setor de renda variável, que correspondeu, em média a aproximadamente 9% da carteira de investimentos, desde o início desta aplicação, efetuada a partir de fevereiro de 2011. O segmento de Renda Variável apresentou um desempenho de -11,08%, enquanto os segmentos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,66% e 11,04%.

#### 2012:

Manter a hipótese atual até que seja alterado o Regulamento do Plano. A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

### PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

#### Evolução dos custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais não incluem

o custo referente às despesas administrativas estimadas em 0,42% da folha salarial para o próximo exercício. As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 14,63% (7,315% para os participantes e 7,315% para o Patrocinador), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,86% (6,93% para os participantes e 6,93% para o Patrocinador). A variação no percentual de Contribuições Previdenciárias Normais ocorreu em função do aumento dos percentuais para cobertura dos benefícios de risco que eram de 2,19% na avaliação atuarial anterior e foram estimados em 3,09% para o próximo exercício. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais a qualquer momento. Adicionalmente, informamos o que ingresso de novos participantes também implicará na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

#### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

#### Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte. Tais benefícios são avaliados pelo Método de Repartição Simples. No último exercício o valor total gasto com pagamento de benefícios de Auxílio-Doen-

ça foi de R\$ 275.470,53. No entanto, para os demais benefícios de risco não houve dispêndio.

## PARECER ATUARIAL DO PLANO

### Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2011, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### Variação do resultado:

As Provisões Matemáticas deste Plano são consti-

tuídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, haja vista que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### Adequação dos métodos de financiamento:

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

### Outros fatos relevantes:

A tábua de Entrada em Invalidez utilizada é a "LIGHT FRACA". A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina.

## Pareceres Atuariais por Plano

# Plano ONS

### RENTABILIDADE DA COTA

#### 2011:

A rentabilidade da cota do Plano (5,69%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 6,00% (12,44% em 2011). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS Eletros" onde está alocado a maior parte do Patrimônio do Plano.

O desempenho dos investimentos em 2011 foi bastante influenciado pelo baixo rendimento do setor de renda variável, que correspondeu, em média a aproximadamente 25% da carteira de investimentos. Em função da existência de diferentes perfis de investimentos do plano, o resultado global dos investimentos foi, em parte, determinado pelo apetite ao risco dos participantes. O segmento de Renda Variável, no perfil Eletros, escolhido pela maioria absoluta dos participantes, apresentou um desempenho de - 15,22%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Empréstimos aos participantes e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,66%, 13,96% e 11,04%.

#### 2012:

A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

### PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

#### Evolução dos custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais não incluem o custo referente às despesas administrativas estimadas em 0,44% da folha salarial para o próximo exercício. As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,84%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,82%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais do Patrocinador foram estimadas em 8,33% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,42% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições normais para benefícios programados são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais a qualquer momento. Adicionalmente, informamos que ingresso de novos participantes também implicará na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

#### Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

#### Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte. Tais benefícios são avaliados pelo Método

de Repartição Simples. No último exercício o valor total gasto com pagamento de tais benefícios foi de R\$ 1.411.185,71.

## PARECER ATUARIAL DO PLANO

### Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2011, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

### Variação do resultado:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data

não houve concessão de renda mensal vitalícia.

### Adequação dos métodos de financiamento:

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

### Outros fatos relevantes:

A tábua de Entrada em Invalidez utilizada é a "LIGHT FRACA". A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina. O "Valor Médio do Benefício" dos Pecúlios por Morte e por Invalidez informados na parte de Provisões Matemáticas deste DA se refere ao dispêndio total no exercício. Por se tratar de um pecúlio, este é um benefício cujo pagamento é efetuado uma única vez e não reflete o valor médio mensal pago pelo Plano.

## Resumo de Deliberações do Conselho Deliberativo de 23/03/2012:

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2011, CONTEMPLANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2011 DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA ELETROS (ELETROS-SAÚDE) E PARECERES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE, INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL – ...Após apresentação do assunto, ocorreu a seguinte DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, com base na Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 19/03/2012, e após ter apreciado os Relatórios da empresa de Auditoria Independente, de 09 de março de 2012, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011 e o Parecer do Conselho Fiscal, à unanimidade dos presentes, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, determinando que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

3) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS DO EXERCÍCIO DE 2011 DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS: BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - ELETROBRÁS, CEPEL E ELETROS; DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ELETROBRÁS, CEPEL, ELETROS; DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ONS; DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV) EPE; E DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) CERON E RESPECTIVOS PARECERES ATUARIAIS - Após prestados os esclarecimentos ocorreram

as seguintes DELIBERAÇÕES: **DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. **DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. **DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD - ONS, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - ONS, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

**DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo,

proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. **DELIBERAÇÃO 5 DO CONSELHO:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON,

referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.”

Rio de Janeiro, 9 de março de 2012

**Afrânio Matos Filho**

Presidente

**Cleber Villa Verde**

**Marcio Peres Silvado**

**Marcos Roitman**

**Pedro Paulo da Cunha**

**Sergio Bondarovsky**

**Malba Patricia H. da Cunha Teixeira**

Secretária-Geral

Assessoria aos Órgãos Estatutários

## Órgãos Estatutários

Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da Eletros, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

### DIRETORIA EXECUTIVA - DEE

MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva	Presidente	21.09.2010 / 20.09.2013	Indicação Eletrobras
Alice Valdez de Andrade Salomão	Diretora de Benefícios Previdenciários	21.09.2010 / 20.09.2013	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	Diretor Financeiro	05.01.2011 / 04.01.2014	Eleito Ativo/Assistidos

### CONSELHO DELIBERATIVO - CDE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho - <b>Presidente</b>	Alecir Angelo Gomes Coelho	01.07.2011 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Cleber José de Souza Villa Verde	Quirino Ponton Swensson	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleito Assistidos
Sergio Bondarovsky	-	10.12.2010 / 18.11.2012	Eleito Ativo/Assistidos
Marcos Roitman	Haroldo Ferreira Leite	19.11.2008 / 18.11.2012	Indicação CEPEL
Pedro Paulo da Cunha	Pericles Caria Coutinho	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Ativos
Marcio Peres Silvano	Gilson Mussi Machado	19.11.2008 / 18.11.2012	Indicação ONS

### CONSELHO FISCAL - CFE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Antônio Marques de Jesus – <b>Presidente(*)</b>	Paulo Roberto Rodrigues	19.11.2008 / 18.11.2012	Eleitos Assistidos
Paulo Sergio Petis Fernandes	Marcelo Marrocos de Araújo	01.07.2011 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Orsino Borges de Oliveira Filho	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Ativos
José dos Santos Maia	Rosane Barboza da Silva	19.11.2008 / 18.11.2012	Indicação ONS (efetivo) e Indicação CEPEL (suplente)

(\*) **Evento subsequente:** a partir de 26/01/2012, a Presidência do Conselho Fiscal passou a ser exercida pelo Conselheiro Fiscal efetivo eleito pelos participantes (ativos), Orsino Borges de Oliveira Filho.

De acordo com o princípio da paridade preconizada pela legislação e disposição estatutária, os Conselheiros Fiscais eleitos escolhem, dentre eles, o Presidente do Conselho Fiscal, alternando-se a Presidência entre os eleitos pelos participantes (ativos) e assistidos, dentro do prazo do mandato.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2011, de acordo com a esfera de competência de cada órgão estatutário.

## Principais realizações:

### Conselho Deliberativo

- Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2011 e do plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente, do Conselho Fiscal e nos pareceres atuariais em relação à cada plano de benefícios previdenciários.
- Monitoramento do assunto equacionamento do déficit técnico do plano BD Eletrobrás até sua efetivação com a interação da Diretoria Executiva.
- Ciência do Relatório de Manifestação semestral emitido pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004.
- Aprovação do processo de adesão da CERON à ELETROS adaptado às exigências do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.
  - Aprovação da atualização do Regimento Interno do CDE.
- Constituição do Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria – CGRA e sua implantação, com aprovação do Regimento Interno do Comitê.
- Recomendação de aperfeiçoamento do critério de rateio das despesas administrativas por plano.
  - Aprovação do orçamento para 2012.
  - Aprovação da taxa para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009.
  - Aprovação da política de investimentos para 2012 de cada plano de benefícios previdenciários e do plano de gestão administrativa.
  - Aprovação das taxas dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2012, de acordo com as normas vigentes.
  - Implantação do planejamento estratégico com enfoque na gestão integrada de riscos, com a aprovação dos seguintes produtos:
    - aprovação da atualização da Norma Eleitoral consolidada e unificada para eleição de Diretor Financeiro e Conselheiros;
    - aprovação da implantação da Revisão do Código de Conduta Ética;
    - aprovação dos novos critérios e de avaliação para remuneração variável;
    - aprovação do trabalho de formalização e definição das Políticas Institucionais;
    - aprovação do Modelo de Regimento Interno de Funcionamento dos Comitês Consultivos dos planos de benefícios previdenciários.



## Conselho Fiscal

Composto quatro membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de quatro anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir:

- Examinar e emitir parecer sobre os balancetes trimestrais.
- Examinar e emitir parecer sobre as atividades econômico-financeiras, tomando por base o relatório de atividades e as demonstrações financeiras anuais.
- Emitir, com apoio das áreas, relatório de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemple, no mínimo:
  - a) as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;
  - b) as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;
  - c) análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Essas conclusões, recomendações, análises e manifestações devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhe-

cimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Além de cumprir o que lhe compete conforme disposto no art. 46 do Estatuto da ELETROS, as seguintes ações do CFE podem ser destacadas no exercício de 2011:

- aprovou a atualização de seu Regimento Interno, o qual regula o funcionamento, as competências e a forma de atuação do CFE, em consonância com o Estatuto da ELETROS;
- apreciou o acompanhamento orçamentário;
- monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- recomendou aperfeiçoamentos nos documentos sob sua análise.

## Diretoria Executiva

Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2011 a DEE supervisionou as ações de implantação do planejamento estratégico, exercendo sua atividade de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE.

Dentre as realizações de 2011, destacamos:

- a efetivação do recebimento e contratação do equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- a constituição do Comitê de Conduta Ética;
- a atualização da regulamentação dos processos de gestão dos investimentos.



# Eletros

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andares  
Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20050-092

Tel.: (21) 2179-4700

[www.eletros.com.br](http://www.eletros.com.br)

